

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - UFMS
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LEILA CARLA ANTUNES NOVAES

**REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS: A
CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES
EDUCATIVAS**

TRÊS LAGOAS-MS

2023

LEILA CARLA ANTUNES NOVAES

**REPRESENTATIVIDADE DAS MULHERES NEGRAS: A
CONSTRUÇÃO DE POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES
EDUCATIVAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação -
Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, como requisito final
para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, infâncias e diversidades.

Orientadora: Profa. Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato

TRÊS LAGOAS-MS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE TRÊS LAGOAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Relatório de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas, como critério para a obtenção do título de Mestre em Educação.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Orientadora

Profa. Dra. Natalia Cristina de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Membro Titular da Banca

Profa. Dra. Adriana Aparecida Pinto
Universidade Federal da Grande Dourados
Membro Externo Titular da Banca

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente e imensamente a Deus pela força e fé que me sustentaram nos momentos difíceis.

A minha família, pelo carinho, compreensão e apoio nos momentos que eu quis desistir, especialmente ao meu esposo Adriano, por ter sido o meu suporte em vários aspectos durante esses dois anos. Obrigada, meu amor, por comemorar minhas vitórias sorrindo comigo, me abraçar nos dias que precisei chorar, me incentivar quando eu estava para baixo e por nunca me deixar perder a fé em mim. E aos meu filho Eduardo e Marianne, por compreenderem as várias horas que precisei estar ausente durante esse percurso. Foi, é, e sempre será por vocês!

A minha comadre, amiga e irmã do coração Tatiana da Costa Pires, que foi uma grande incentivadora lá no início de tudo e torceu por mim a cada momento. Minha amiga, se não fosse por você eu nem sei se eu teria dado o primeiro passo e chegado aqui, obrigada por acreditar em mim.

As minhas gestoras escolares por me incentivarem e apoiarem.

A todos os professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS pelos conhecimentos adquiridos durante o curso.

Aos colegas de jornada no mestrado, pelas trocas de conhecimentos e por tornarem o caminho mais leve e agradável.

A minha orientadora Dra. Jaqueline Aparecida Martins Zarbato pelas longas conversas, instruções e conselhos valiosos durante as orientações. Obrigada por tudo.

E por fim, deixo aqui minha gratidão a todos que direta ou indiretamente – mesmo sem estarem aqui citados, se fizeram presentes nos caminhos que contribuíram para esta trajetória. Gratidão!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo salientar e analisar as representatividades e representações das mulheres negras no Brasil e em Mato Grosso do Sul juntamente com a utilização de alguns objetos do Museu Afro Brasil-SP como potencialidades educativas para o ensino-aprendizagem do Ensino Fundamental I. Busca-se através desses objetos, trajetórias e história sobre mulheres negras, a superação e redução da escassez de fontes informativas e com potencialidades didáticas sobre as mulheres negras brasileiras e sul-mato-grossenses já que muitos materiais educativos não apresentam a contribuição dessas mulheres para a sociedade. Para isso, utilizamos como referência teórica a História e Cultura africana e afro-brasileira, as dimensões educacionais sobre as mulheres negras e didática em práticas educativas juntamente com a elaboração de materiais educativos construídos a partir dos levantamentos realizados. Pois entende-se que a história das mulheres negras, suas representatividades e acontecimentos de vida, bem como objetos selecionados do museu, podem ampliar a perspectiva de análise para a formação da consciência histórica sobre a contribuição social, cultural e educacional de mulheres negras, principalmente para as crianças.

Palavras-Chave: educação; materiais didáticos; museus; relações étnico-raciais; lei10639/03.

ABSTRACT

This research aims to highlight and analyze the representations and representations of black women in Brazil and Mato Grosso do Sul along with the use of some objects from the Museu Afro Brasil-SP as educational potential for teaching-learning in Elementary School I. Search through these objects, trajectories and history about black women, overcoming and reducing the scarcity of information sources and with didactic potential on black women in Brazil and in Mato Grosso do Sul, since many educational materials do not present the contribution of these women to the society. For this, we use as a theoretical reference the African and Afro-Brazilian History and Culture, the educational dimensions about black women and didactics in educational practices together with the elaboration of educational materials constructed from the surveys carried out. Because it is understood that the history of black women, their representativeness and life events, as well as selected objects from the museum, can broaden the perspective of analysis for the formation of historical awareness about the social, cultural and educational contribution of black women, especially for the children.

Keywords: education; teaching materials; museums; ethnic-racial relations; law 10639/03.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dandara dos Palmares. (1678-1694), Capitania de Pernambuco Serrada Barriga/ Al-PE ..	49
Figura 2- Chica da Silva. (1754-1796). Arraial do Tijuco - atual Diamantina – MG	50
Figura 3 - Tereza de Benguela. (1750-1770). Vale do Guaporé – MT.	51
Figura 4 - Luíza (Luísa) Mahin. (1812-1835). Salvador- BA.	52
Figura 5 - Mariana Crioula (1838). Pati do Alferes – RJ.	52
Figura 6 - Maria Firmina dos Reis. (1847-1917). Guimarães – MA.....	53
Figura 7 - Luciana de Abreu. (1869-1880). Porto Alegre – RS.	54
Figura 8 - Catharina Rosa Pereira de Jesus (Catarina Mina) (1870-1880) São Luís – MA.	55
Figura 9 - Auta de Sousa. (1892-1901) Macaíba -RN.	55
Figura 10 - Eufrozina Amélia Guimarães (Zizinha Guimarães). (1896-1964) Laranjeiras – SE.....	56
Figura 11 - Maria Dimpina Lobo Duarte. (1909-1966) Cuiabá-MT.....	57
Figura 12 - Antonieta de Barros. (1922-1952) Florianópolis-SC.....	57
Figura 13 - Almerinda Farias Gama. (1929-1999). Maceió-AL.	58
Figura 14 - Maria de Lurdes Vale do Nascimento. (1940-1995) Franca - SP.....	59
Figura 15 - Ruth de Souza. (1945-2019). Rio de Janeiro – RJ.....	60
Figura 16 - Carolina Maria de Jesus. (1960-1977). São Paulo - SP.....	60
Figura 17 – Lélia Gonzales (1978-1994). Rio de Janeiro - RJ.....	61
Figura 18 - Eva Maria de Jesus (Tia Eva). (1905-1926). Campo Grande-MS.....	62
Figura 19 - Lenilde Ramos. 1968. Campo Grande - MS	63
Figura 20 - Raimunda Luzia de Brito. 1982. Aquidauana-MS.	64
Figura 21 - Jaceguara Dantas da Silva Passos.1983. Campo Grande - MS.	65
Figura 22 - Danielle Ferreira. 2015; Dourados-MS.	66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Mulheres negras e suas vestimentas no período colonial.	73
Quadro 2 - Mulheres negras e uso de joias.	75
Quadro 3 - Mulheres negras que atuaram na educação.....	76
Quadro 4 - Mulheres negras que lutavam contra a escravização.	79
Quadro 5 - Mulheres negras e lugares de memória.....	81
Quadro 6 - Mulheres negras em Mato Grosso do Sul: passado e presente.	83
Quadro 7 - Jovens mulheres negras.	84
Quadro 8 - Mulheres escritoras, atrizes, poetisas.....	86

LISTA DE SIGLAS

ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais
CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos
EF - Ensino Fundamental
FNB - Frente Negra Brasileira
FUCMAT - Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso
LASA - Latin American Studies Association
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC - Ministério da Educação
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
MNU - Movimento Negro Unificado
MS - Mato Grosso do Sul
ONU - Organização das Nações Unidas
PNLD - Programa Nacional do Livro Didático
PPP - Projeto Político-Pedagógico
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial
PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais
TEN - Teatro Experimental do Negro
UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso de Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
1 MULHERES NEGRAS: AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS.....	23
1.1 Cultura afro-brasileira: percurso histórico educacional	30
1.2 Memórias de mulheres negras no Brasil	32
1.3 Mulheres negras e cultura antirracista	39
2 MULHERES NEGRAS E REPRESENTAÇÃO EM ESPAÇOS EDUCATIVOS E DE MEMÓRIA	43
2.1 Mulheres negras e suas representações na educação e cultura brasileira.....	49
3 AS MULHERES NEGRAS E REPRESENTATIVIDADES NA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA AS INFÂNCIAS.....	68
3.1 As possibilidades didáticas a partir das representativas das mulheres negras	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	94

APRESENTAÇÃO

“Se quer ir rápido, vá sozinho, se quer ir longe, vá em grupo” (Provérbio africano).

Começo essa narrativa reportando-me a minha trajetória escolar e profissional. Nasci na cidade de Paranhos, no interior de Mato Grosso do Sul. Foi lá em que cursei desde a primeira etapa do ensino fundamental, até o último ano do ensino médio. Ao final do ensino médio fiquei gestante e adiei o ingresso ao nível superior, conseguindo retornar somente quase seis anos depois, optando, por fim, à área educacional.

Minha trajetória enquanto profissional se inicia numa escola municipal como monitora auxiliar da sala de tecnologia, no ano de 2010, primeiramente contratada. Em 2011 passei no concurso para mesma área.

Em meio a muitos obstáculos, no ano de 2011 consegui passar no vestibular do Centro Educacional da Grande Dourados (UNIGRAN), onde cursei durante quatro anos a faculdade de pedagogia, momento em que considero o primeiro degrau do meu crescimento profissional.

Ao ingressar na faculdade, vi o início de um sonho tomando forma. Ao finalizá-la, mil planos e sonhos passaram por minha mente. Pensava que estava apta para mudar o mundo através da educação - aquela frase clichê que todos nós recém-formados temos em mente. E assim os pensamentos fervilham, ideias surgiram e frases se formaram me fazendo entender que para que a mudança aconteça é preciso dar um passo e fazer algo para uma ruptura da sociedade em geral, algo que seja pela utilidade e não somente pela felicidade. (SANTOS, 2006)

Em maio de 2015 decidi pedir afastamento do meu concurso e mudei-me para a cidade de Bataguassu, Mato Grosso do Sul, em busca de uma melhor qualidade de vida para minha família.

No ano de 2016 passei no concurso para professora do município que passei a residir, vindo a assumir no ano de 2017. Quando adentrei no ambiente escolar enquanto professora pedagoga da rede municipal da cidade de Bataguassu, Mato Grosso do Sul, me deparei com a ausência do tema étnico racial na unidade escolar.

Ao tomar conhecimento do processo seletivo para o mestrado em Educação em Três Lagoas, UFMS - CPTL, por apoio de amigos e familiares inscrevi o projeto e fui avançando por cada etapa do processo seletivo. Fiquei extremante feliz pela aprovação e pela oportunidade

de cursar Mestrado em Educação em uma faculdade de renome como a UFMS, em uma cidade próxima e de fácil acesso a partir da qual resido.

No decorrer dos semestres e disciplinas vi o quanto era necessário focar nas diversas oportunidade de debates e leituras para enriquecer o processo de construção. O projeto que eu havia apresentado como proposta sofreu algumas modificações, pois no decorrer do curso presenciei a temática escolhida tomando novos horizontes.

Iniciei esta trajetória da pesquisa com mais dúvidas do que certezas, e esta foi mais uma das muitas coisas que compreendi durante a caminhada educacional no mestrado em educação “O que é pesquisar?”, “Por que pesquisar?”, “O que pesquisar?”, “Como ser pesquisadora?”.

Essas e outras questões impulsionaram minha trajetória como pesquisadora-professora. Durante minha trajetória enquanto profissional presenciei por diversas vezes situações de descaso, preconceito e discriminação tanto por parte das crianças, como também de professores e outros funcionários da unidade escolar, e isso para mim passou a ser um incômodo.

Infelizmente, na escola, a questão das africanidades só é trabalhada na semana do dia 20 de novembro, dia da consciência negra, destinado à reflexão sobre as potencialidades e contribuição da cultura africana e afro-brasileira (inclusão da população negra na sociedade brasileira), passando assim, despercebido o estudo dele no restante do ano letivo. E menos ainda se fala sobre a representatividade feminina negra, levantando assim o silenciamento histórico feminino encontrado na história brasileira.

Muitos questionamentos são recorrentes quando o assunto relações étnicas e raciais e escola estão na mesma frase, pois há quem defenda que seu ensino já é contemplado nos currículos escolares e, mas isso realmente ocorre no decorrer de todo ano letivo?

Os currículos apresentam as relações étnico e raciais? De que maneira esse assunto vem sendo abordado para alunos de 1º a 5º ano do Ensino Fundamental 1? Como mulheres negras são representadas na aprendizagem sobre relações étnico e raciais? É possível apresentar a história africana feminina através de museus e itens de memórias para o ensino da cultura africana e afro-brasileira para essa faixa etária escolar?

Essas e muitas outras perguntas impulsionaram e inquietam a pesquisadora que há em mim, e ao entrinhar no mestrado em educação, tive a possibilidade de aprofundar os estudos e pesquisas neste tema, elucidando uma forma de transformação social desde o contexto escolar.

Por acreditar no grande potencial transformador que a educação tem na vida dos sujeitos, argumento que o espaço escolar deve ser um ambiente de debates e oportunidade de concepção

de sujeitos sociais menos preconceituosos e meios para construção de uma sociedade mais igualitária.

A escolha do tema da dissertação foi construída durante um curso proporcionado pela professora Jaqueline Aparecida Martins Zarbato. A pauta feminista sempre esteve a flor da pele em meus ideais e o feminismo negro se faz presente cotidianamente na minha vida pessoal familiar e profissional. Além da inquietante preocupação com a escassez de fontes e materiais que contem a trajetória, história, representatividade e participação feminina negra na sociedade brasileira.

Portanto, falar da temática elucidada é de grande valia, sobretudo para salientar as histórias do protagonismo feminino negro e suas contribuições culturais para a sociedade brasileira, mas principalmente porque há pouquíssimas pesquisas sobre o protagonismo negro feminino a nível nacional, e não há, trabalhos e pesquisas que destacam as mulheres negras Sul Matogrossenses.

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa abordaremos discussões sobre a contribuição das mulheres negras no campo da cultura africana relacionando o ser-fazer na educação. No sentido de ampliar os espaços de diálogo sobre as representações femininas negras, no Brasil e em Mato Grosso do Sul, assim como as possibilidades de ações didáticas em espaços formais e não formais de ensino, como os museus, possibilitando a aprendizagem no durante a etapa do ensino fundamental I.

Buscamos investigar algumas mulheres negras que se destacaram na história do Brasil e em Mato Grosso do Sul, as suas contribuições em diferentes setores e as possibilidades didáticas para trabalhar com as infâncias a partir de símbolos, imagens, entre outros, os quais evidenciam a representatividade feminina negra brasileira, como foram encontradas poucas fontes em Mato Grosso do Sul, houve a necessidade de ampliar esta análise trazendo mulheres que estão em espaços de memória, como praças, museus ou arquivos públicos.

Entendemos por representatividade, alguém que de alguma maneira se torna um representante de uma determinada coletividade e vê-se neste alguém a autenticidade de poder falar por esse grupo.

Dessa maneira, a pesquisa tem como objetivo analisar as representações femininas negras em espaços não formais e a trazer possibilidade de utilização das representatividades culturais na aprendizagem no ensino fundamental I. Nesse sentido, visamos responder como as maneiras as mulheres estão representadas nos espaços não formais de ensino. E quais as possibilidades de utilização das representações das mulheres negras no ensino aprendizagem do ensino fundamental I. Além disso, buscou apresentar e analisar as legislações da história e cultura africana e afro-brasileira.

Entende-se por espaços de educação não formal qualquer ambiente que seja capaz de propiciar ensino e aprendizagem sem seguir vários requisitos formais.

Essa pesquisa se estrutura de modo a garantir que as discussões e reflexões sobre representatividade cultural étnico-racial das mulheres brasileiras e em Mato Grosso do Sul, de modo que evidenciem a importância das mulheres negras em Mato Grosso do Sul e de que maneira podemos utilizar na sala de aula. Dentre os autores que embasam esta análise estão: Bell Hooks (1995 e 2019), Lélia Gonzales (1979, 1984, 2020), Soeli Carneiro (2019), Kabengele Munanga (2005), Érico Vital Brazil e Schuma Schumacher (2001, 2007), Janaina

Caetano (2020), Tais Pereira Freitas (2015), Stuart Hall (1997, 2000, 2016), Maria de Lourdes Silva (2010), dentre outros.

Os autores mencionados abordam assuntos voltados para as questões e relação entre gênero, classe e raça, juntamente com a luta contra o racismo, políticas afirmativas, resistência das mulheres negras, reivindicação dos direitos negados durante muito tempo à população negra, especialmente às mulheres negras, além do silenciamento destinados a elas na participação da história brasileira.

Dentre esses autores citados, os mais importantes para e desta análise são: Lélia Gonzales, Soeli Carneiro, e Érico Vital Brazil e Schuma Schumacher.

Sobre ensino da história da África e do negro na sociedade e na escola brasileira, Munanga (2005, p.15) relata que no ambiente escolar a vida e o cotidiano social de alunos entre si e professores é cercado de preconceitos.

Nessa esteira, escola possui o dever de proporcionar em seu currículo uma completude emancipatória que tenha consideração pela cultura e a linguagem dos grupos populares, e propicie o convívio com diferentes grupos étnicos e culturais. Levando as crianças a refletir sobre as questões raciais, discriminação, diversidade étnica e o respeito mútuo, sendo isso possível através de espaços e instrumentos de memórias.

As legislações que surgiram a partir das lutas e conquistas dos grupos sociais e culturais ampliaram as discussões sobre a questão étnico-racial. Sendo assim, a necessidade de analisar as leis traz consigo a dimensão da exclusão ainda presente no contexto educacional e reforça a importância de defender as culturas negras no Brasil.

A educação brasileira passou por diversas mudanças panorâmicas ao longo do tempo, dentre elas têm-se as legislações que impactaram a sociedade em geral e o contexto escolar, e que trouxeram grandes vitórias para o ensino das relações étnicas e raciais. Dessa forma, torna-se imprescindível falar sobre estas legislações e as importantes evoluções ocorridas no decorrer dos anos após as aprovações e progressões.

A Constituição Federal de 1988, define, em seu Art. 4º, inciso VIII o repúdio ao terrorismo e ao racismo. No Art. 5º reforça a igualdade de todos perante a lei, e no termo XLII institui a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, e isso envolve todas as pessoas negras.

Ainda na análise sobre a legislação que aborda a questão étnico-racial, há a Lei n. 10.558/2002, que criou o Programa Diversidade na Universidade, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao

ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros.

E a Lei n. 10.639/2003 em alteração da Lei nº 9.394/96 acrescida dos artigos. 26-A, e 79-B. No Art. 26-A, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira em estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. No Art. 79-B, a inclusão do dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' no calendário escolar. Posteriormente, tornou-se a Lei n. 11645/2008, com a inclusão da temática indígena.

Já por meio da Lei n. 10.678/2003 foi criado o órgão de assessoramento - a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Esta aborda a articulação de políticas públicas e diretrizes de ações afirmativas para a promoção da igualdade racial, de indivíduos e grupos étnicos, com ênfase na população negra, além de realizar a supervisão da efetivação de programas voltados a promoção da igualdade racial e da legislação de ações afirmativas e ações públicas que foquem em cumprir os acordos referentes à promoção da igualdade e combate à discriminação étnica ou racial.

Há também a Resolução CNE/CP n.º 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Já a portaria nº 4.542/2005, que institui a Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros, com o objetivo de elaborar, acompanhar, analisar e avaliar políticas públicas educacionais, voltadas para o fiel cumprimento do disposto na Lei n. 10.639/2003

Há também a Lei n.12.288/2010 que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Tem-se ainda a Lei n. 12.796/2013 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional sobre a formação dos profissionais da educação que e em seu art. 3º traz os princípios específicos para o ensino, acrescido do princípio XII- a consideração com a diversidade étnico-racial, buscando levar o aprimoramento do trabalho pedagógico e a questão étnico e racial nas unidades escolares.

É por meio das legislações que se vê a possibilidade de propiciar a todos as pessoas da sociedade e principalmente aos educandos, pois elas contribuem para esta pesquisa e é por meio delas que se busca uma educação e aprendizagem que possibilite a implantação de uma

educação voltada às relações étnico-raciais, e assim possa proporcionar um ensino e aprendizagem significativos que respeita as diferenças.

As Leis 10.639/03 e 11.645/08, que trazem a obrigatoriedade do ensino da história afro-brasileira e indígena nos espaços escolares, e a notória importância social e o reconhecimento que as mulheres (negras e brancas) estão conquistando, mas é indiscutível que ainda há muito a ser alcançado, pois, mesmo com as leis ainda há poucas abordagens das mulheres negras nas escolas.

É importante salientar que na investigação, realizada através de leituras e pesquisas online no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram encontradas poucas pesquisas acadêmicas que falam sobre mulheres negras que se destacaram - positiva ou negativamente - na sociedade brasileira e sul mato-grossense em diferentes momentos da história.

Para melhor substanciar o processo de pesquisa, foi elencado alguns referenciais teóricos que podem contribuir com as análises, visando aprofundar o conhecimento sobre a temática realizamos também o levantamento do estado da arte no banco de teses e dissertações da plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), com o intuito de evidenciar a diferença teórica e metodológica de nossa pesquisa. Assim, as abordagens teóricas aqui contidas se pautam em museus, formação e ações educativas, relações de gênero e memórias negras femininas, história e cultura africana e afro-brasileira. No levantamento, destacamos os estudos inscritos nas pós-graduações em História, Antropologia e educação, que de alguma maneira, pontuam a pesquisa em museus entrelaçando com as questões étnico-raciais

Os levantamentos de dados foram realizados inicialmente no banco de dados da BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e na plataforma Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de descritores sobre as questões étnico-raciais na educação brasileira, mulheres negras e museus.

No banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com o seguinte descritor: “Museus e questões étnico-raciais” não houve necessidade de refinar a busca, pois foi encontrado apenas um resultado.

A dissertação da autora Andreza Mara da Fonseca, para o Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, intitulada “Aqui não tem máscaras africanas?” A educação étnico-racial em uma Escola Municipal de Educação Infantil

- EMEI e a experiência com o Percorso Território Negro em museus de Belo Horizonte/MG, defendido em 2019, a qual ela traz a relação entre museus, escolas e a infância, levantando a questão étnico-racial e a presença dos negros no Brasil e a educação através dos objetos e elementos museológicos.

Já no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com o mesmo descritor, inicialmente foram encontrados 374 resultados, sendo necessário refinar as buscas por área do conhecimento referentes a ciências humanas, educação, história e museológicas, chegando assim a 13 resultados, destes, 7 dissertações e 6 teses, os quais apenas o texto intitulado “Professores mestiços e mulatos no imperial colégio de Pedro II: historiografia e fontes (1838 – 1870)”, escrito por Elisabeth Monteiro da Silva na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O trabalho relata sobre a presença dos negros na educação brasileira, porém sem nenhuma relação com a educação de crianças e museus.

O segundo descritor utilizado para a busca foi “Mulheres Negras e Museus”, no banco de dados da BDTD. Com este descritor foi possível encontrar 7 resultados, dos quais, 5 dissertações e 2 teses.

A dissertação da autora Joana Angélica Flores Silva, intitulada “A representação das mulheres negras nos museus de Salvador: uma análise em branco e preto”, do programa de pós-graduação em Museologia da Universidade Federal da Bahia, defendido em 2016. O trabalho faz o apontamento do percurso teórico do saber-fazer feminino negro na história de Salvador, mas num campo das análises pela museologia.

Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, em sua tese de doutorado com título “Teatro de memórias, palco de esquecimentos: culturas africanas e das diásporas negras em exposições”, programas de pós-graduação da PUC-SP, defendido em 2006, faz uma análise das exposições culturais envoltos a diversidade cultural do patrimônio brasileiro apresentando os museus como “chave no processo de criação de imagens e imaginários”.

Já a tese de Isabelle Anchieta de Melo, intitulada “Imagens da mulher no ocidente moderno”, apresentada na Universidade de São Paulo, defendida em 2014, traz a imagem da mulher através de arquivos de bibliotecas e museus.

Laise Maria da Silva, em sua dissertação: “Às margens do esquecimento: análise dos discursos sobre os/as negros/as nos itinerários turísticos em Penedo/AL”, ao programa de pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe, defendido em 2019, relata sobre memória, patrimônio cultural, discurso, turismo, interseccionalidade e cultura afro-brasileira e a

contribuição dos negros em Penedo/AL, por meio de discursos sobre os negros nos itinerários e nos museus.

Na dissertação “As Marias da Conceição: por um ensino de história situado, decolonial e interseccional” da autora Clara de Moura, Programa de pós-graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, defendido em 2018, apresenta uma Análise Interseccional por meio de entrevistas orais e pesquisas em museus e arquivos das História das Mulheres da Vila Maria da Conceição, como subsídio principal o Pensamento Feminista Negro.

Juliana da Costa Ramos, em sua dissertação “Museu do Homem do Nordeste: a narrativa expográfica de uma região (1979 – 2002)”, defendida no programa de pós-graduação em História Universidade Federal Rural de Pernambuco, defendido em 2016, relata sobre a instituição museológicas mais do Estado de Pernambuco: o museu do home, trazendo sua trajetória institucional e problematizando as narrativas museológicas produzidas por ela ao longo da sua trajetória.

E por fim, Taisa Keide Silva, em sua dissertação intitulada “O Ensino de arte no ensino fundamental a partir da lei 11.645/08 e das narrativas indígenas” para o Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás,” defendido em 2019, a apresentação da história e cultura indígena na sala de aula dos anos finais do Ensino Fundamental, as artes indígenas e o modo como estes são representados nos livros didáticos de Arte.

No site da CAPES foram encontrados 17 resultados, destes, 11 dissertações e 6 teses, dentre eles podemos citar 12 que correspondem ao tema.

A dissertação de Joana Angélica Flores Silva, Laise Maria da Silva, Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha, Elisabeth Monteiro da Silva, todos já citados acima.

A dissertação “Que negras são essas nos afoxés? vivências negras nos afoxés na região metropolitana do Recife”, da autora Renata Do Amaral Mesquita, no programa de pós-graduação da Universidade Federal De Pernambuco, defendido em 2020, sobre autoafirmação e fortalecimento racial de mulheres negras integrantes dos afoxés situados na Região Metropolitana do Recife/PE.

Na dissertação “Musealização e negras de ganho: práticas museológicas e apropriação de representações oitocentistas do Rio de Janeiro”, do autor Daniel Alcantara de Sa, do programa de pós-graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, defendido em 2020, tem-se uma análise das obras museológicas das mulheres negras do século XIX na década de 1840 no Rio de Janeiro.

Já na tese de doutorado de Nelson Silva, defendida no Programa de Artes/Um, com o título: “Museu Afro Brasil no contexto da diáspora: dimensões contra hegemônicas das artes e culturas negras”, defendida em 2013 percebe-se a análise de obras, coleções e exposições e a relação com os estudos africanos.

Lisandra Maria Rodrigues Machado, em sua dissertação intitulada “Estratégias de Representação do Negro em Museus do Rio Grande do Sul: O Que se Expõe e o Que se Ensina”, defendida no ano de 2013 na Universidade Luterana do Brasil, trouxe a representações negreira nas exposições de museus do Rio Grande do Sul.

Na tese de Jessika Rezende Souza da Silva, intitulada “Histórias de luta dos negros: narrativas históricas e antirracismo no Museu Afro Brasil e no National Museum of African American History & Culture”, do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, defendido em 2021, enfoque se encontra na importância da construção de lugares de memórias negras e o compromisso com os museus.

Helena Bonetto em sua tese intitulada “A invisibilidade negra na cidade de Porto Alegre: uma pesquisa sobre imaginários urbanos”, defendida em 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vê-se sobre Museu de Percurso Negro, a história de Porto Alegre e a pouca representatividade negra continua ali.

Na dissertação intitulada “O valor do negro: o processo de musealização no Museu do Ceará”, do autor Marcos Uchoa da Silva Passos, defendida em 2014 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, há a análise de objetos museológicos relacionado ao tema da escravidão e da abolição negra no Brasil e no Ceará.

E por fim, na dissertação de Thais Gontijo Venuto com título “Acervos em Marfim em Minas Gerais: circulação, instituições de memória e visualidade”, defendido em 2017, na Universidade Federal de Minas Gerais, traz análise de imagens museológicas e de igrejas de Minas Gerais, com relato das representações femininas marianas e santanas, além de recortes devocionais da cultura negra.

A dissertação de mestrado defendida no programa de estudos étnicos e africanos da UFBA, a autora Nila Rodrigues Barbosa, intitulado: “Museus e etnicidades - O negro no pensamento museal do Sphan: Museu da Inconfidência - Museu do Ouro Minas Gerais”, defendido em 2012, faz uma análise voltada as discussões sobre as relações de etnicidade no Museu do Ouro/MG.

Já no estudo de Vivianne R. Valença, defendida no programa pós-graduação, no curso de mestrado em Antropologia/UFPe, intitulado: “Qual o museu que nós queremos? A relação

indivíduo-museu no processo participativo do Museu da Abolição (2005-2013)”, defendido em 2014, tem-se uma abordagem a partir do processo de registro e análise pela visita guiada.

Na dissertação de Thiara Cerqueira Matos, defendida no mestrado em Estudos étnicos e africanos, intitulada: “Correspondências pessoais ajudam a criar instituições: Pierre Verger, o Museu Afro-Brasileiro e sua rede de colaboradores (1972-1976)”, defendida em 2012, aponta perspectivas de análises sobre os objetos, as discussões de africanidades e a composição do museu afro-brasileiro.

Outra dissertação que aborda o Museu afro-brasileiro, defendida no mestrado em Estudos étnicos e africanos/UFBA, de 2010. É de Juipurema Alessandro Sarraf Sandes, com o título: “O Museu Afro-Brasileiro da Universidade Federal da Bahia e sua coleção material religiosa afro-brasileira”, em que analisa as coleções religiosas e suas matrizes afro-brasileiras, numa relação entre passado e presente.

Na tese de doutorado de Jamile Silva, defendida no Programa de estudos étnicos e africanos, em 2013, com o título: “Imagens desbotadas e representação do negro em dois museus digitais (Dusable Museum e Museu Digital da Memória Africana e Afro-brasileira)”, há uma análise comparativa sobre a representação dos negros de forma ampliada.

Ainda no mesmo programa de estudos étnicos e africanos da Universidade Federal da Bahia, encontramos o estudo de Daisy Santos, intitulado: “A coleção de indumentárias litúrgicas do Museu Afro-brasileiro da Universidade Federal da Bahia”, de 2014 que se volta as coleções da indumentária litúrgica no museu.

Pela Universidade Federal Fluminense encontramos a dissertação de Carolina Cabral Almeida, intitulada: “Da polícia ao museu: a formação da coleção africana do Museu Nacional na última década da escravidão”, defendida em 2017, se volta a discutir as possibilidades de diálogo formativo a partir de uma coleção do museu.

Na dissertação de Gabrielle Leite, pela UFRN, no ProfArtes, com o título: “A valorização do patrimônio estético de raiz africana na sala de aula contribuições do acervo do Museu Afro Brasil”, defendida em 2018, se volta a analisar no campo estética a produção de artes no Museu Afro Brasil.

Assim como a dissertação de Stefanie Casellato, pela USP, no programa de história da arte, com o título: “Da igreja ao Museu Afro Brasil: significados da obra de Jesuíno do Monte Carmelo”, em 2016, que analisa as obras de Jesuino do Monte Carmelo e as possibilidades de abordagem no museu.

No âmbito mais educativo, tem-se a dissertação da PUC-Campinas, no programa de educação, de Isla Matos que aborda: “Ação educativa do Museu Afro Brasil: educação patrimonial no combate à discriminação étnico-racial”, defendida em 2013. Em que analisar pelo prisma da educação patrimonial as ações educativas no Museu afro Brasil.

A dissertação de mestrado do programa de história da EFLCH-Unifesp, de Ana Carla Fonseca, intitulado: “Museu e Sociedade – Ecos do Museu afro Brasil: Um estudo sobre o discurso expositivo do museu e o movimento negro contemporâneo”, defendida em 2017, apresenta a historicidade do museu em relação a produção dos grupos afros no Brasil.

Através destes levantamentos percebeu-se que a temática tem sua relevância científica, no sentido de entrelaçar as discussões teóricas e metodológicas da Educação, da História Cultural e das Relações de Gênero, uma vez que se volta a investigar a memória e cultura africana e afro-brasileira feminina e suas representações no Museu Afro Brasil, que podem privilegiar outras possibilidades de formação.

Penso que através do reconhecimento da representatividade feminina negra na história brasileira, as alunas negras consigam se reconhecer como protagonistas que sempre estiveram presente nesta mesma história a qual suas descendentes foram diversas vezes silenciadas e esquecidas.

Segundo a autora americana Bell Hooks (2019), compartilhar informações e saberes entre mulheres negras é fundamental para a formação das subjetividades radicais das mulheres negras. As mulheres negras (principalmente as estudantes) que buscam respostas para a construção social da identidade, querem saber como os negros pensam radicalmente, mas também querem conhecer seus modos de ser.

Através da criação de uma consciência feminista (que propicie a compreensão da diversidade, profundidade de experiências), espera-se que as mulheres negras desenvolvam sua subjetividade feminina e se permitam entender a realidade e o mundo que as cerca, encarando e compreendendo a sua efetividade histórica.

A estrutura da dissertação está sustentada em três capítulos:

No capítulo 1, apresento parte teórica, dialogando com autores que abordam a negritude feminina no Brasil e na cultura afro, sobre a história da cultura africana Brasileira, memórias negras e espaços de aprendizagem não formal.

O capítulo 2 traz autoras (es) que abordam as representações das mulheres negras, trazendo levantamentos de mulheres expoentes no Brasil e em Mato Grosso do Sul e discussões sobre o silenciamento de algumas dessas mulheres.

Já o capítulo 3, aborda os espaços de memória e educativos e de que maneira podemos ensinar as crianças sobre as mulheres negras em vários espaços, como o museu: a arte da mulher, as possibilidades didáticas para trabalhar com as infâncias a partir de símbolos, imagens, estátuas, museus e as possibilidades didáticas na educação.

As considerações finais apresentam uma retomada das problematizações iniciais relacionadas aos objetivos, expondo a necessidade e contribuições deste trabalho para uma educação direcionada ao enaltecimento e valorização da diversidade étnico-racial e da presença da mulher negra em diferentes cenários da história brasileira.

1 MULHERES NEGRAS: AS CONTRIBUIÇÕES CULTURAIS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS

Nesse capítulo abordamos as contribuições culturais, sociais e educativas das mulheres negras que de alguma forma se destacaram na sociedade brasileira, seja no contexto educacional, seja cultural, seja comercial ou em posições de liderança à frente de movimento negro, sua recepção e contribuição social no Brasil e em seus desdobramentos relacionados ao Movimento Negro Unificado (MNU).

O capítulo tem como intuito analisar e desmitificar a visão das mulheres negras representadas somente em posições sexistas, com inferioridade. Contribuir para que suas vozes sejam ouvidas ao reivindicar a transformação de suas imagens culturais, percebendo-as com sua contribuição, valorização e expoentes em vários setores sociais. Mulheres estas, que foram peças importantes na conservação da identidade histórica negra educacional, política, social e cultural.

Lastimavelmente, vivemos em uma sociedade em que somente o fato de sermos mulheres já é desafiador, pois desde muito pequenas, já nos é imposto um padrão a ser seguido: são funções pré-estabelecidas: uso da vestimenta pela cor (rosa), alguns limites a serem respeitados, aonde ir, com quem falar, onde trabalhar, que roupa usar, dentre outros. Este cenário se apresenta de forma mais complexa em relação às mulheres negras, pois, além do sexismo imposto pela sociedade, ainda há o racismo.

A sociedade possui valores e padrões historicamente predominantes, que preza pela dominação masculina, ainda notado em diversos setores da sociedade. Os desafios encontrados por mulheres negras são ainda maiores, pois enfrentam o preconceito de raça, gênero e classe. Vale lembrar que a diversidade e a multiculturalidade que foi construída pelos discursos de estudos posteriores à vinda dos povos africanos. São patrimônios brasileiros que se encontram representados nas expressões musicais, pintura, desenho, dança, canto, adornos corporais, comida, roupa, arquitetura e na religião.

Ao abordar a diversidade étnica, racial e de gênero, é preciso atentar-se que se trata da representação da diversidade existente na nossa sociedade, o encontro de indivíduos de diversas origens, idiomas, histórias, religiões e culturas.

Os autores Moreira e Candau (2008, p.7) relatam que o multiculturalismo se relaciona com muitas transformações populacionais e culturais que abala as sociedades, em razão dessa complexidade cultural encontrada nos dias atuais e existem efeitos positivos e negativos que são evidenciados em “todos os espaços sociais, decorrentes de diferenças relativas à raça, etnia,

gênero, sexualidade, cultura, religião, classe social, idade, necessidades especiais ou a outras dinâmicas sociais”. E ainda que ele nasceu das lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos e de movimentos sociais que se referem às questões étnicas, particularmente o que se referem às identidades negras. Salientam também, que vivemos em grupos sociais com diversidades culturais e que o multiculturalismo na sociedade brasileira é singular quando relacionado ao das sociedades europeias ou estadunidense, pois apresenta uma configuração própria com “uma base multicultural muito forte, onde as relações interétnicas têm sido uma constante através de toda sua história.” (MOREIRA e CANDAU 2008, p.17-18)

Já Munanga (2005) discorda do termo multiculturalismo. O autor diz que o multiculturalismo não é somente a união de culturas que pode ser reduzido a uma pluralidade ilimitada, ele acredita na “pedagogia multicultural”, que quando combinada com “igualdade e diferença”, é a chave para construção de uma nova cidadania democrática cultural.

Segundo ele,

Em vez de opor igualdade e diferença, é preciso combiná-las para poder construir a democracia. É nessa preocupação que se coloca a questão do multiculturalismo, definido como encontro de culturas, ou seja, a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, especificidade e lógica interna devem ser reconhecidas, mas que não são inteiramente estranhas umas às outras, embora diferentes entre si. O multiculturalismo(...) deve ser definido, como a busca de uma comunicação e de uma integração parcial entre os conjuntos culturais não reconhecidos na formação da cidadania. (MUNANGA 2005, p.35).

Mas, é de conhecimento de grande parte da população brasileira, a presença das origens africanas em sua formação (costumes, religiões, tradições, culinária, danças, dialetos), além de sua grande contribuição e importância no reconhecimento das diversidades culturais, sendo assim, é de suma importância continuar buscando formas de ampliar a conscientização de toda população.

Relacionado a essa diversidade, Erico e Schumacher reiteram que,

O conjunto de homens e mulheres africanos que se espalhavam pelas cidades escravistas do Império brasileiro (...), (...) A riqueza e a diversidade cultural de suas terras de origem sempre estiverem presentes em diferentes ofícios urbanos, nas festas e religiosidades, nos modos de vestir e falar da população brasileira. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, P.16).

Nesse cenário, temos as mulheres negras, que são parte dessa formação cultural, tornando-se assim fundamental que todos se inteirem sobre o papel delas nesta trajetória histórica. Por isso, nossa pesquisa busca evidenciar as representações femininas negras brasileiras e sul mato grossenses, levantando discussões sobre as questões culturais afro-

brasileiras, juntamente com o ensino sobre estas mulheres, suas contribuições para a história, para área educacional, além de propor ações didáticas para ensino aprendizagem das relações étnicas e raciais com a utilização dos espaços não formais de ensino como os museus, trazendo a representatividade feminina negra brasileira e sua utilização no ensino aprendizagem do ensino fundamental I, e com isso buscar transformar mentes, vencer preconceitos, favorecer o combate à discriminação ainda existente em vários âmbitos da sociedade, dentre eles na escola, e propagar as raízes da nossa formação cultural.

Pois, Moreira e Candau (2008) asseguram que as relações culturais estão fabricadas na história, enviesadas pelas questões de poder hierarquizadas, fortemente marcadas por questões de discriminação e preconceito estabelecido por diversos grupos, dentre eles as mulheres, vítimas de uma sociedade opressora e machista.

Desde que chegaram ao Brasil na época colonial, essas mulheres trouxeram um rastro de lutas e superações. Foram e ainda continuam sendo vítimas da cruel desigualdade social brasileira com altos índices de exclusão, descaso e negligência.

Sua participação está incutida em diversos segmentos da sociedade brasileira, dentre eles o mundo do trabalho.

Schumacher e Brazil afirmam que:

Desde que chegaram no Novo Mundo, as africanas e suas descendentes atuaram determinantemente nos grandes ciclos econômicos do açúcar, do ouro e do café. Estiveram presentes nas fábricas desde o início da industrialização do país, como também foram as principais protagonistas no trabalho doméstico e na implantação do comércio ambulante. No entanto, seus afazeres foram considerados como algo natural, inerente à “inferioridade racial”, um entendimento míope característico do sistema escravista.” (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.229)

Essas desigualdades encontram-se evidente também na educação escolar, pois a elas foi negado o direito a educação, dando espaço ao estigma de promiscuidade, e a submissão a cargos subalternizados socialmente.

A autora americana Bell Hooks (1995) traz o panorama mundial: salienta que na lógica do “patriarcado capitalista com supremacia branca”, a cultura atua como impedimento para as mulheres, principalmente as negras, desempenhem papéis intelectuais que desenvolvam suas mentes de forma criativa, tornando-se o racismo e sexismo que “incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente” (HOOKS, 1995, p. 468-469).

Gonzales (1984) declara que a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta”, sendo assim, conseguem romper as barreiras

raciais, como uma melhor formação escolar, por exemplo, frequentemente são lembradas de que não estão em seu devido lugar. (GONZALES, 1984, p. 226). A autora ainda salienta que a prática do racismo precisa considerado quando se fala das lutas feministas, “exatamente porque, como o sexismo, constitui formas estruturais de opressão e exploração em sociedades como a nossa”. (GONZALES, 1984, p. 10).

Schumacher e Brazil (2007) mencionam que pesquisas etnográficas realizadas nas “comunidades remanescentes de quilombos” apresentam várias personalidades que reinventam diariamente suas experiências e relações de gênero e se encontram presentes em “mitos de origem e na organização ritual, social, econômica e política de vários povoados”, e durante o período escravocrata demonstrou-se fundamental no cotidiano das comunidades em que residiam.

As mulheres negras - fossem livres ou cativas - procuraram elaborar e manejar mecanismos diversos de resistência e rebeldia, visando modificar suas vidas e a de seus familiares. Resistiram com uma inventiva obstinação e persistência, minando a escravidão e, em consequência, contrariando a idéia de que aceitaram com passividade a opressão imposta. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.86).

As mulheres negras viviam em uma sociedade marcada pela inferioridade, marcadas como centro de perseguições e punições infundáveis das autoridades locais, mas tinham sua participação em todos os espaços sociais e culturais.

Apontando assim que,

Em épocas em que a exclusão das mulheres era agravada por sua origem étnica e de classe, a mulher negra, pobre, pouco ou nada escolarizada, ainda mais excluída, muitas vezes encontrou nos terreiros o espaço de afirmação de sua identidade como mulher e como ser político, gestando ali, lentamente, a mudança cultural, afastando aos poucos as marcas da escravidão e obtendo o reconhecimento social como guardiã de uma significativa parcela de valores da cultura nacional. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.108)

Compreende-se assim, que as mulheres africanas, ao chegar em nosso país traziam seus saberes, suas histórias, experiências, referências familiares, tradições culturais, étnicas e religiosas. Conhecimentos esses que eram protegidos e repassados a seus descendentes e futuros sucessores, buscando conservar a identidade histórica negra. Destas mulheres é possível citar inúmeras sacerdotisas das religiões afro-brasileiras: Mãe Andresa¹, Mãe Aninha², Tia

¹ “Mãe Andresa, de Poliboji - Maria de Souza Ramos (c.1854 – 1954), legendária sacerdotisa que durante 40 anos, entre 1914 e 1954, esteve à frente da Casa das Minas Jêje, São Luis, MA. Foi a quarta grande mãe a ocupar a direção do mais antigo terreiro maranhense. Fotografia Pierre Verger. Acervo Fundação Pierre Verger.” (Érico e Schumi (2007, p. 114)

² “Mãe Aninha - Eugenia Ana dos Santos (1869 -1938), se tornou uma das grandes referências da religiosidade afro-brasileira. No início do século XX fundou o Terreiro Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, BA. Exerceu seu sacerdócio com nobreza e sapiência, sendo permanente interlocutora junto ao poder público, a Igreja e a

Marcelina³, dentre outras representantes do candomblé e umbanda, da musicalidade e gingado apresentados nos sambas, capoeira, axé, coco, jongos, maracatu, os afoxés. Na culinária e suas mesas de refeição apresentando seus pratos e temperos. Além da sua herança na constituição de diversos dialetos da língua portuguesa, decorrentes do contato do português europeu com as línguas africanas.

Os autores Érico e Schumi (2007) explanam que a mulher negra durante o período colonial e o Brasil Império, foram representadas no repertório de imagens pela sua participação consideravelmente prevalente no ambiente de trabalho livre ou escravo, sendo eles: nos afazeres agrícolas, atividades domésticas, lavagem do ouro e ou no comércio ambulante (quitandeiras) o qual elas possuíam domínio, desmascarando assim a imagem somente de mão-de-obra subjugada e escravocrata.

Infelizmente, mesmo na sociedade - colonial e atual - contemplada por diversos grupos étnico-raciais, é possível notar a desigualdade de oportunidades para todos, a presença de grupos que não tem acesso a determinados serviços, e o indevido reconhecimento aos esforços e sacrifícios, e o decisivo papel da mulher negra na concepção histórica brasileira.

Durante maior parte da história brasileira, a caracterização da mulher negra não levou em consideração seu poder de decisão e percepção. Na colônia, as mulheres negras exerciam inúmeros trabalhos, desde tarefas domésticas, até nos serviços diários em terrenos estabelecidos para o plantio e monocultura da cana-de-açúcar, mesmo assim sua representação mais substancial durante esse período relaciona-se com o universo do trabalho livre ou escravo, e a erotização. Érico e Schumi (2007, p. 35) enfatizam que foi impossível registrar suas participações nos “afazeres agrícolas, nas atividades domésticas, na lavagem do ouro e ou no comércio ambulante que elas dominavam.”, trazendo a imagem das mulheres negras historicamente construída a partir da objetificação e sexualização, ligadas a atividades domésticas, servis e escravas sexuais. Uma herança colonial racista e sexista.

Durante o período imperial os escravos foram vistos e representados como a “máquina humana” muscular fundamental que movimentava o comércio burocrático, e assim, nem as mulheres passavam despercebidas nos trabalhos braçais e transporte de cargas pesadas, enquanto no interior das senzalas também exerciam funções de benzedeiros, quitandeiras,

intelectualidade de sua época. Foi responsável por inúmeras ações que engrandeceram a imagem coletiva dos candomblés baianos.” (Érico e Schumi (2007, p. 136)

³ Tia Marcelina (séc. XIX – 1912), legendária mãe de santo e fundadora da Casa de Xangô, considerado o primeiro terreiro de Maceió, Al. Faleceu em decorrência de agressões físicas sofridas numa das investidas policiais ao seu terreiro. A abertura dessa casa remonta ao final do século XIX. (Érico e Schumi (2007, p. 122).

líderes religiosas, amas de leite e parteira, herança das tradições orais repassadas pelas mais velhas.

Como benzedadeiras e parteiras, prestavam um importante papel social, “eram elas que viajavam de casa em casa, aldeia em aldeia atuando como médicas locais.” devido aos seus exímios conhecimentos sobre plantas, as mulheres negras através das ervas medicinais, orações e crenças, mantiveram vivas o diálogo permanente entre a cultura indígena e a africana.” Utilizavam ervas/plantas preparavam e receitavam chás, garrafadas, banhos e unguentos e assim recriaram e transformaram as práticas médicas e religiosas, sendo consideradas as primeiras responsáveis, (juntamente das índias), pela manutenção da saúde, combate às doenças e cuidados terapêuticos das famílias brasileiras. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p. 107-108;179)

Como líderes religiosas elas conseguiram preservar as práticas culturais coletivas como as danças e jogos (samba, afoxés, maracatus, cirandas, congadas, jongo, bois-bumbá), em torno das mães-de-santo que não discriminavam, por sua vez, raça, cor, gênero, ideologia, religião ou classe social, constituindo assim “alguns dos mais marcantes valores da cultura nacional”. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p.107-108)

Como amas de leite, Gonzales (2020) pontua que elas possuíam um papel importantíssimo nas bases formadora dos sujeitos e na cultura brasileira, consideradas “exemplos extraordinário de amor e dedicação”, pois eram as responsáveis pelo cuidado e educação (desde o nascimento) das crianças brancas de seus senhores, ela que efetivamente, “passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira”. (GONZALES, 2020, p. 47;78;184)

Como quitandeiras, foram personagens expressivas representando um “importante elemento de integração na rede de relações da população negra”. Elas eram responsáveis por realizar a comercialização dos produtos considerados essenciais para as cidades e, devido a sua facilidade na mobilidade, também eram consideradas um grande perigo para a “ordem política e econômica”, e porque também “estiveram à frente de diversos embates com as autoridades policiais”. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p.64)

O comércio era considerado a mina de ouro da época, e assim diversas mulheres negras por suas habilidades como vendedora, após um dia de trabalho conseguiam repassar ao seu senhor o valor que ele previamente estipulava, e ainda, o montante necessário para a obtenção da sua liberdade, de seus filhos e companheiros. Porém, também levava muitos proprietários a

explorar suas escravas forçando-as a se prostituírem e/ou as alugarem como amas de leite, obrigando-as a se afastarem de seus filhos. (SCHUMAHHER e BRAZIL, 2007, p.43-45)

Gonzalez (1984) destaca que a mulher negra brasileira é apresentada como: mulata e empregada doméstica dependendo do contexto. A figura de mulata se apresenta diante das festividades carnavalescas em que seu corpo é hiper sensualizado e desejado. Após essa festividade esse desejo concentrado no corpo negro transmuta em forma de violência, diretamente na imagem da empregada doméstica.

O racismo encontra-se enraizado em todas as esferas da formação do país.

De acordo com Saffioti (1987),

Na “ordem das bicadas” neste país, a mulher negra ocupa a última posição. Ela é duplamente discriminada: enquanto mulher e enquanto negra. De acordo com o modelo oficial, cabem-lhe, fundamentalmente dois papéis: o de empregada doméstica e o de objeto sexual. (SAFFIOTI, 1987, p. 52)

Portanto, as mulheres negras brasileiras ainda sofrem com a discriminação racial e gênero que se encontram fixadas na sociedade, heranças do passado escravocrata e negligência sofrida durante anos.

Contudo, nas últimas décadas do século XX, elas começaram a conquistar espaço para se retratar como sujeito caracterizador com subjetividade própria. (BOONE; PICANCIO e SANTOS, 2019)

A representação das mulheres negras começou a ser reconhecida com mais vigor após políticas de ações e de ascensões ocorridas na sociedade brasileira, as quais propiciaram uma representação da mulher brasileira em sua diversidade de tipos, gostos, corpos, origens e influências culturais. Segundo SCHUMAHHER e BRAZIL,

Está na mulher um notável espaço patrimonial do que se cria e mantém dos imaginários que se concentram nesse nicho do saber fazer que é a da estética afro-brasileira. Além de realizadora e usuária do que faz, a mulher expõe, manifesta publicamente quem é, seu lugar, sua história, tendo no seu corpo o melhor e mais imediato sentimento de comunicabilidade. (...) integrados aos nossos papéis sociais, tantas formas (...), compondo esse tão rico, amplo e plural imaginário afro-brasileiro. (...) É o reconhecimento na cor, no material, na textura, no significado, na afirmação, na construção, na comunicação da pessoa. (...) tudo é marca, é próprio do acúmulo da história. Marcas pelo trabalho, marcas pelas conquistas políticas, marcas pelos direitos culturais, marcas por tantos e muitos outros direitos por ainda conquistar. (...) A afirmação das identidades, há de ser e de viver essa tão geral e longa experiência, incorporando criatividade e dinâmica que tocam no belo que é pertencimento. (SCHUMAHHER e BRAZIL, p.205, 2007)

Essas mulheres possuem voz, reivindicam o lugar de suma importância ocupado por elas na história educacional, política, social e cultural, assim como buscam a transformação da imagem negativa representadas através dos tempos.

Para que aconteça essa reestruturação histórica positiva, juntamente com a recomposição de suas imagens e dos papéis assumidos por elas na sociedade brasileira, é fundamental que todos percebam que as mulheres fazem parte dos diversos grupos culturais e precisam ter seus direitos respeitados e são parte importante na história da representatividade negra.

Segundo Lugones (2014), nos Estados Unidos há uma linha divisória entre o termo “mulher” e “negro” que indica a ausência das mulheres negras ao invés de sua existência, e que o termo “mulheres” refere-se somente a mulheres brancas, pois as negras não fazem parte do público de mulheres burguesas europeias, que é necessário pensar neste público feminino negro não só como oprimidas, mas também como resistentes e deixando seu papel fragmentados de mulheres colonizadas no passado e passem a se perceber e compreender como intermediadoras espontâneas das culturas nativas. (LUGONES,2014, p.943)

Vargas (2016, p.39) salienta que é de suma importância a desmistificação da democracia para formação de um país fomentador da igualdade racial ou de gênero, que a força das mulheres negras vem de suas batalhas, e não da desumanização pela qual passam, pois elas se orgulham de sua cultura e da coragem que tiveram para enfrentar esses desafios.

1.1 Cultura afro-brasileira: percurso histórico educacional

Uma das grandes dificuldades que ainda insiste em existir para o povo negro no Brasil é a enorme desigualdade social que eles enfrentam em todas as áreas da sociedade e a apresentação de sua cultura no âmbito educacional é uma dessas.

A educação é considerada uma parte da cultura e um meio para difundir saberes. Ela está presente em diversas áreas sociais, sendo um elemento que transforma e interfere nos processos e ações humanas, levando os indivíduos a internalizar conhecimentos e habilidades, e a reconhecer que não há uma cultura única, melhor ou superior, mas sim um multiculturalismo.

Gomes (2003) diz que a cultura negra pode ser considerada “como uma particularidade cultural construída historicamente por um grupo étnico/racial específico, não de maneira isolada, mas no contato com outros grupos e povos”.

Stuart Hall afirma que a cultura “é agora um dos elementos mais dinâmicos - e mais imprevisíveis - da mudança histórica do novo milênio”. (HALL, 1997, p. 20)

Gomes (2003) reforça que a cultura na educação se converte em algo além do conceito acadêmico, que

Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social. Os homens e as mulheres, por meio da cultura, estipulam regras, convencionam valores e significações que possibilitam a comunicação dos indivíduos e dos grupos. Por meio da cultura eles podem se adaptar ao meio, mas também o adaptam a si mesmos e, mais do que isso, podem transformá-lo. (GOMES, 2003, p. 75-76)

Entende-se assim que a cultura é um elemento que indica as variedades de princípios do processo de construção da identidade dos seres humanos - um guia orientador do comportamento dos humanos para sua vida em sociedade.

Laraia (2001, p.25) relata que no fim do século XVIII, *Kultur* (termo germânico) era empregado como simbologia dos enfoques espirituais de uma comunidade. Já a palavra *Civilization* de origem francesa relacionava-se especialmente as ações instrumentais de uma população. Estes dois termos foram reduzidos por Edward Tylor (1832-1917) ao qual tornou seu sentido mais amplo, etnograficamente, a qualquer emaranhado que contém “conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Considera-se assim que o homem é o resultado do ambiente cultural a qual foi socializado, tornando-se um produtor cultural.

A cultura africana data-se do período colonial com o tráfico de escravos da África que foram trazidos para o Brasil forçadamente. Formando assim, a maior população africana fora do continente africano. Ela é ampla e diversificada, provida de uma gigante riqueza imaterial que explica sua diversidade de etnias e sua influência no contato com outros povos no decorrer da história.

MEC (2014), ressalta que,

As diferenças e a diversidade da história e da cultura africana e suas influências na história e na cultura do povo brasileiro, e (...) a produção cultural dos descendentes de africanos escravizados no Brasil tem sido entendida de diferentes formas: cultura negra, cultura afro-brasileira, africanidades, entre outras. Todavia, quando analisamos a fundo o que sabemos sobre ela, chegamos à conclusão de que sabemos muito pouco, ou o pouco que conhecemos ainda está repleto de naturalizações e visões estereotipadas. (BRASIL 2014, p.7;17)

Sendo assim, Vargas (2016) afirma que é através do “conhecimento e valorização das matrizes africanas na formação da diversidade cultural brasileira que podemos reforçar a luta contra o preconceito e a discriminação nas escolas.”

Trazendo à tona a relações entre educação e cultura e a importância de “aprofundar na compreensão das relações entre educação e cultura (s), particularmente nas sociedades multiculturais em que vivemos.” (MOREIRA e CANDAU, 2008, p.13). Sendo a escola um dos ambientes que as identidades culturais podem garantir sua expressividade coletivamente e com liberdade.

Moreira e Candau (2008) declaram que há uma relação “intrínseca entre educação e cultura (s)”, que elas estão fortemente ligadas e não podem ser avaliados separadamente, pois não existe educação sem imersão cultural do contexto da sociedade.

Gomes (2003) afirma que para brancos e negros, na visão genética, a relação entre cultura negra e educação são consideradas iguais, mas que com o tempo, as diferenças biológicas existente entre eles foram sendo apropriadas e transformadas pela cultura que é construída através das experiências sociais, culturais e históricas, classificando assim a humanidade e que somos orientados pelo ambiente sociocultural em que vivemos a ver as diferenças, de representações que são construídas socialmente.

Portanto,

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (GOMES, 2003, p.77)

Porque também, as desvantagens sofridas por essas mulheres no âmbito educacional pode ser um dos determinantes da inferioridade e da pouca oportunidade de acesso a recursos desde o período colonial até o período contemporâneo.

A escola é um meio pelo qual é possível evidenciar as representações positivas realizadas pela comunidade negra, principalmente as mulheres negras, na sociedade.

1.2 Memórias de mulheres negras no Brasil

Neste item abordaremos mulheres negras e o conceito de memória histórica.

Os relatos da luta pela participação feminina negra a seus direitos aconteceram, porém, os registros disso pouco são encontrados, deixando as referências de mulheres negras praticamente apagadas da memória histórica.

Gonzales (1984, p.226) descreve memória como “o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção.”

Araújo (2004) complementa que “nossa memória será sempre uma forma de costurar nossa história”, história aqui, referenciada aos “cidadãos que buscam o seu reconhecimento de fato e de direito por esta civilização mestiça sincrética e original que eles ajudaram a criar”. (ARAUJO, 2004, p.243)

Já para Santos (2021), a memória é “um elemento político” que foi o agente conservador de “narrativas históricas predominantes, que durante séculos se fizeram valer”, através de “imagens, símbolos, signos e discursos previamente arranjados a fim de justificar ações injustificáveis”, e que possui o poder de dominar a história e influenciar a evolução de indivíduos, podendo também afetar seus direitos básicos “desde o acesso à educação até o direito à memória”. (SANTOS, 2021, p.271)

Compreendida por Vassalo (2015) como meio constituinte da identidade dos sujeitos com capacidade de despertar recordações históricas coletivas ou individuais, “a memória está intimamente relacionada ao próprio processo de construção da identidade, de autorrepresentação. Ao acioná-la, indivíduos e grupos negociam suas identidades, seus valores, seus desejos e seus projetos de vida” (VASSALO, 2015, p. 336)

Santos (2015) complementa que a memória é constituída socialmente através de fatos, tem capacidade de preservar informações e compreende a significação de experiências do passado, para compreender o presente e delinear o futuro.

Entende-se, portanto, que é por meio de memórias que as identidades negras conseguirão base para conservação e perpetuação da história e culturas afro-brasileiras além de trazer à tona a trajetória da luta antirracista enfrentada pela população negra.

Os estudos acerca das trajetórias de mulheres negras mostram a importância da memória. As identidades são construídas constantemente ao longo do tempo, e o encontro entre memória e história resistem a essa passagem temporal combatendo assim o esquecimento e a invisibilidade da presença e a existência social da mulher negra na história brasileira.

Werneck (2010) traz as memórias e lutas das mulheres negras presentes nas organizações quilombolas que existiram ao longo de todo o século XIX que tiveram papel

importantes nas batalhas de resistência à escravidão brasileira. A autora diz que mesmo de forma indireta é possível encontrar indícios da atuação negra feminina em diversos cargos de liderança e organizações políticas e econômicas, como por exemplo: Aqualtune, Acotirene, Mariana Crioula, entre outras.

Após a abolição da escravidão, as mulheres voltaram-se para a luta de direitos pela equidade na participação de negras e negros na sociedade brasileira.

Em 1931, surgiu na cidade de São Paulo uma das primeiras organizações que reivindicou a igualdade de direitos das pessoas negras brasileiras, a Frente Negra Brasileira (FNB), e diante dela, é possível notar algumas reflexões sobre a participação de mulheres negras diante da organização de um núcleo de mulheres com importante participação na sociedade, as denominadas Frentenegrinas (ASSIS, 2019). Inicia-se assim, ainda que breve, o reconhecimento da participação feminina em lugares ocupados predominantemente por homens.

A partir de 1932, as Frentenegrinas começaram a marcar reuniões específicas para debater sobre as questões da mulher negra, e empenhar-se em luta por valorização, tanto que com o passar dos anos “conquistaram a “Sala Feminina”, espaço o qual era utilizado para tratar das questões de suas organizações internas “que tinham um recorte de gênero: as Rosas Negras⁴ e a Cruzada Feminina⁵”. (DOMINGUES 2005.p.357)

Embora houvesse as mulheres participassem ativamente da FNB, Domingues (2005) destaca que quando se faz uma análise mais a fundo da organização é possível notar que,

“As mulheres eram subalternizadas na entidade e alijadas dos cargos das instâncias decisórias, os quais eram monopolizados pelos homens. Nenhuma das frentenegrinas, por exemplo, compôs o “Grande Conselho” (instância máxima da FNB), provavelmente, porque prevalecia a concepção de que o papel social reservado “às meninas e moças” era o de “futuras esposas e mães”, como prescrevia Arlindo Veiga dos Santos.” (DOMINGUES, 2005, p.358)

Mesmo com sua participação ativa, fica claro que as divisões de gênero na FNB se encontravam bem definidas, tanto que o papel das figuras femininas negras era considerado secundários e com pouca importância.

⁴ “Primeiro agrupamento feminino da FNB, uma comissão (ou departamento) de mulheres que se vestiam de branco, usavam luvas e ostentavam uma rosa preta no peito, daí o nome Rosas Negras, responsável pela organização de saraus e festivais “litero-dramáticos e dançantes”.” (Domingues, 2005, p.360)

⁵ “Segundo agrupamento do “movimento feminino” da FNB, uma comissão de mulheres cujo objetivo central era fortalecer o campo educacional e cultural da FNB. A Cruzada Feminina também contribuía nos preparativos do Natal das crianças frentenegrinas, organizando a festa e distribuindo os presentes.”

Domingues (2005, p.363) salienta que em eventos públicos promovidos pela FNB eram raras as vezes em que as mulheres negras conseguiam destaque. As comemorações do dia 13 de maio era um deles no qual conseguiam exercer o papel de oradoras.

Em 1933, tem-se ainda, com Domingues (2005), a tímida participação das fretenegrinas nas discussões sobre os problemas perpassados pela mulher negra no jornal “A Voz da Raça”, e mesmo assim, de acordo com o autor, sem recortes específicos da questão racial e de gênero. Ele acentua ainda a participação de Maria de Lourdes Rosário, como a mulher negra mais participativa na escrita para o jornal.

Em 1934, Miguel Barros, um dos dirigentes da FNB, em seu discurso no I Congresso Afro- Brasileiro na cidade de Recife, falou sobre a discriminação no Rio Grande do Sul, e houve um breve relato da improbabilidade das mulheres negras diplomadas educadoras em ingressarem no mercado de trabalho estadual do Rio Grande do Sul. (DOMINGUES, 2005, p.356)

Neste mesmo ano, após 44 anos da abolição, as mulheres conquistaram o direito ao voto, porém, existiam exigências que restringiram essa participação, dentre elas: comprovação de emprego e renda fixa - fatores que para muitas mulheres negras já era uma questão de impedimento - outra imposição era a obrigatoriedade de serem alfabetizadas - mais uma barreira, já que essa não era uma realidade para todas. Antonieta de Barros foi a figura feminina negra em destaque neste contexto, sendo eleita neste mesmo ano como a primeira Deputada Estadual de Santa Catarina. (NUNES, 2022, p.1)

Domingues (2005) destaca a participação de Celina Veiga em 1935 no jornal “A Voz da Razão”, como uma das poucas mulheres negras que buscou conciliar a questão racial e de gênero, e através de suas palavras estimulou mulheres negras a concorrerem e competirem “em tudo e por tudo” com as mulheres brancas, demonstrando sua inteligência e o seu preparo nas mais diversas atividades, pois perante as outras matérias do jornal “o papel da mulher negra era o de esposa e “dona-de-casa”. (DOMINGUES, 2005, p.367)

Esse discurso rotula e destaca a invisibilidade negra feminina perante seu papel social, reforçando o racismo institucional que comumente nesta época associava atos de bravura, inteligência e habilidades estratégia a personalidades masculinas.

Érico e Schumi (2007) notabilizam a criação da primeira Associação das Empregadas Domésticas, no ano de 1936, na cidade de Santos (SP), pela ativista e integrante da Frente Negra Brasileira Laudelina Campos de Melo, a qual foi fechada em 1942, voltando a funcionar em 1946.

Lima (2019) define a Associação das Empregadas Domésticas como organização com objetivo principal de garantir proteção e direitos para as empregadas domésticas perante o Estado, nela acontecia debates e trocas de informações sobre a como era vista e tratada a profissão na sociedade brasileira e buscava por mudanças que de igualdade para as empregadas.

Werneck (2010) destaca a relevância da Associação das Empregadas Domésticas para a história das mulheres negras, pois e acordo com ela, o trabalho doméstico além de ter sido a função executada majoritariamente por negras, com número expressivo de trabalhadoras, ele “teve e tem grande importância para o estabelecimento de condições materiais mínimas de sobrevivência para o grupo negro como um todo”, também “dá a dimensão da participação das mulheres negras na vida econômica da população negra e do país” e possibilitou, “diferentes formas de articulação e de resistência ao regime escravocrata e racista.” (WERNECK 2010, p.80-81)

Em 12 de outubro 1948, a educadora Antonieta de Barros foi eleita deputada estadual e através de um projeto de Lei de sua autoria criou o Dia do Professor. (NUNES,2022)

Werneck (2010) realça o ano de 1950, ano da movimentação política das mulheres através da fundação do Conselho Nacional da Mulher Negra, que tinha como objetivo principal a luta, as necessidades da mulher negra e a busca de visibilidade perante a sociedade, e sua configuração era estruturada por mulheres ligadas à cultura, às artes e à política.

Em 1960, é publicado o livro “Quarto de despejo: Diário de uma favelada”, que se trata de um livro autobiográfico da escritora Carolina Maria de Jesus, no qual ela relata sua vivência de mulher negra, mãe, moradora de favela e catadora de papel. (ALÓS, 2006)

Em 1961, Laudelina Campos de Melo funda a Associação Profissional Beneficente das Empregadas Domésticas, e no ano de 1988, a associação se tornou Sindicato das Empregadas Domésticas, combatendo a discriminação da sociedade em relação às empregadas domésticas.

Contudo, foi entre as décadas de 1970 e 1980 que o feminismo negro ganhou amplitude por meio das organizações de mulheres, em forma de movimentos sociais.

Werneck (2010, p.28) frisa que os anos finais da década de 1970 foram marcados por importantes registro de mobilização femininas no Brasil, pois começaram a participar e atuar energeticamente em diversas organizações, visando a modificação da possibilidade das relações de poder existente entre homens e mulheres.

Rodrigues e Prado (2010) notabilizam 1975 “como o marco de reaparecimento de organizações feministas no Brasil”. (RODRIGUES e PRADO, 2010, p.449)

Já Sueli Carneiro (2019) ressalta que foi em meados de 1980 que houve a concepção de várias organizações femininas negras, onde elas estiveram engajadas em embates do movimento negro de mulheres, empenhando-se para “a criação de fóruns específicos de discussões programáticas e instâncias nacionais organizativas das mulheres negras no país.” (CARNEIRO, 2019, p. 2061)

No ano de 1978 foi fundado, na cidade de São Paulo, o Movimento Negro Unificado (MNU), tendo como uma das cofundadora Lélia Gonzales, que além do racismo, buscou chamar a atenção para o sexismo. O MNU foi um dos contribuidores para que as mulheres negras se organizassem enquanto Movimento de Mulheres Negras e buscassem o rompimento das hierarquias e a reivindicação de seus direitos, juntamente com “a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro”. (RODRIGUES e PRADO, 2010, p.450-451)

No ano de 1979, a autora Lélia Gonzales apresentou no “Encontro Nacional da LASA (Latin American Studies Association)” uma comunicação que trouxe à tona a mulata como profissão e não em caracterização étnica. De acordo com Gonzales, neste encontro foi salientado a “dupla imagem da mulher negra de hoje: mulata e doméstica”, além do surgimento da “noção de mãe preta, colocada numa nova perspectiva”, mas, que não passou disso. (GONZALES, 1984, p.224)

Neste mesmo ano (1979) foi encontrada a carta da negra Esperança Garcia no arquivo público do Estado do Piauí, pelo historiador Luiz Mott. A carta foi escrita em meados de 1770, reconhecido como primeiro ‘Habeas Corpus’ que se tem registro no Brasil, considerada a primeira reivindicação de uma mulher negra escravizada brasileira enviada a uma autoridade e o primeiro documento com a assinatura de uma mulher. O ato de Esperança tornou-se inspiração para movimentos sociais e constituição de forças em busca de modificação e realizações importantes. (SILVA, 2015)

Trazendo notoriedade para a vivência e o papel das mulheres negras, Lélia Gonzalez publicou, em 1981, no jornal “Folha de São Paulo” o texto “Mulher negra, esse quilombola” salientando sobre o papel da mulher negra, que ainda não era muito diferente da que possuía no passado escravista, segundo ela:

Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdades que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas da escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto da violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima

do alcoolismo. Mas seu espírito de quilombola não a deixa soçobrar.” (GONZALEZ, 2020, p.168).

Lélia Gonzales faz uma crítica reflexiva para o papel da mulher negra e sua constante luta contra o racismo, pois mesmo com sua volumosa participação em movimentos negros sua notoriedade ainda se encontrava apagada perante o reconhecimento da sociedade.

Lélia Gonzalez publicou várias obras dentre textos, artigos e livros contra o racismo e outras formas de discriminação e a incansável busca pela democracia racial. Em vários deles a autora relata a situação da mulher negra e a emergente necessidade delas na luta também contra sexismo. Procurou evidenciar a posição estratégica delas nos acontecimentos do país, além de trazer críticas aos estereótipos impostos pelo sistema e da negação da importância da raça ao se pensar em gênero. (GONZALES, 2020)

Dentre esses textos, temos em 1982, “A Mulher Negra na Sociedade Brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual”, ponderando precisamente o lugar da mulher negra no Brasil, em que o termo “mulata” encoraja o papel de subordinação e o quesito da exploração sexual. Em 1983, “Racismo e sexismo na cultura brasileira” onde salienta ainda sobre “dupla imagem da mulher negra: mulata e doméstica”.

Em 1988 “As amefricanas do Brasil e sua militância”, sobre a importância de se pensar em um feminismo afro-latino americano, com reflexões que ultrapassassem o território nacional, caracterizando por amefricanas/amefricanos “todos os descendentes dos africanos que não só foram trazidos pelo tráfico negreiro”, e a “A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social”, relatando a importância da presença do “feminismo sexista” no meio dos movimentos trazendo a mulher negra na perspectiva socioeconômica em caráter ético e político, em 2015 “Primavera para Rosas Negras” e em 2020 organizado por outras autoras teve ensaios, intervenções e diálogos de sua autoria e coautoria reunidos no livro “Por um Feminismo Afro-latino-americano.” (LITERAFRO, 2022)

Em 1990 Conceição Evaristo publicou seus primeiros poemas, estabelecendo seu trabalho acadêmico e literário buscando se posicionar a favor do privilégio e experiência enquanto mulher e negra. Em 1996 para sua dissertação de mestrado, fez sua pesquisa em cima das obras literárias afro-brasileiras procurando maneiras de preencher ausências relacionada com a historiografia literária padronizada. Em 2003, após os avanços do meio digitais e internet a escritora publicou seu primeiro romance, e em 2006 Conceição Evaristo publicou *Becos da memória*, obra a qual estava finalizado desde 1988. Segundo a autora, os textos são histórias

que a memória fez tornar-se ou não ficção, esquecimentos e lembranças, vivenciadas dentro de seu seio familiar. (ALÓS, 2006)

E assim Conceição Evaristo enfatiza “tenho dito que Becos da memória é uma criação que pode ser lida como ficções da memória. E, como a memória esquece, surge a necessidade da invenção”. (EVARISTO, 2006, p.10)

Segundo ela, escritos são fictícios ou não, pois com o tempo toda história quando contadas são um pouco inventadas, porque entre o que de fato aconteceu e a narrativa existe uma lacuna temporal ao qual poder haver inúmeras invenções ou não.

Lana (2014) complementa que,

No que diz respeito à memória, a identidade negra é construída a partir das histórias contadas pelos mais velhos em relação à época da escravidão no Brasil e após a abolição, momento em que os afrodescendentes continuaram marginalizados e impedidos de conseguir ascensão social. (...). No que diz respeito à memória, a narradora representifica, de forma afetiva, os fatos. Sendo essa memória ativa, não há separação entre passado, presente e futuro. Através da recordação, o futuro é também projetado de antigas esperanças. Além disso, o passado está ainda vivo e se funde com o presente. (LANA, 2014, p.4-84)

As memórias das mulheres negras presentes em diversos segmentos da sociedade, buscam resgatar a identidade dos sujeitos sociais e seus contributos. Diversas memórias silenciadas pela historiografia hegemônica, vivências de mulheres negras que participaram de construção diversos movimentos e espaços culturais de nosso país. Um apagamento constante na sociedade brasileira, que quando pensadas socialmente, sempre são tratadas de forma estereotipada.

As memórias negras têm o intuito de propiciar a visibilidade histórica de mulheres negras na história do Brasil, personagens ativas da transformação social e sujeitas presentes em diversas formas de luta contra o mito da democracia brasileira, que lutam em busca da igualdade racial em todas as esferas sociais.

Entende-se que através de memórias das mulheres negras é possível combater o apagamento e esquecimento significando e ressignificando a presença e a existência social de mulheres negras na sociedade brasileira.

1.3 Mulheres negras e cultura antirracista

É comum se deparar com situações de racismo em diversos lugares e situações da sociedade. A luta antirracista está se tornando uma frente do combate dos movimentos e organizações sociais populares que se opõem a essa racionalidade de supressão.

Com as mulheres negras não é diferente: prosseguem resistentes buscando formas organizacionais de resistência, pois a luta antirracista é ferramenta indispensável de enfrentamento delas por uma sociedade democrática irrestrita e plural, onde a população convive com racismo estrutural desde a sua base.

Gonzalez (2020) ressalta isso trazendo sua concordância com a afirmação de Jenny Bourne, onde ela diz que o antirracismo é algo que “não está fora do movimento de mulheres” e que na verdade ele se encontra “intrínseco aos melhores princípios feministas”. (GONZALEZ 2020, p.12)

Dessa maneira, entende-se que através da disseminação de uma cultura antirracista, a população poderá ser levada a refletir sobre as questões sociais e entender a situações histórica negra brasileira.

Um dos locais onde essa disseminação deve acontecer é na escola, através de uma educação antirracista, pois, por meio dela busca-se combater ativamente qualquer ato de racismo em qualquer território brasileiro. A educação antirracista visa o reconhecimento e valorização das várias pluralidade étnicas existente no Brasil e suas contribuições passadas e atuais.

Uma educação antirracista é essencial para a construção de uma sociedade mais igualitária, com base no combate da exclusão escolar, garantindo o direito de todos de se desenvolver educacional e integralmente em todos os âmbitos sociais.

Oliveira e Candau (2010) reiteram que

A garantia do igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, (...) devem conduzir à reeducação das relações étnico-raciais por meio da valorização da história e da cultura dos afrobrasileiros e dos africanos. Essa demanda, destinada aos sistemas de ensino, escolas e professores, responde às reivindicações de políticas de ações afirmativas, reparações, reconhecimento e valorização de histórias, culturas e identidades dos movimentos sociais negros. Busca combater o racismo a partir do reconhecimento estatal e propõe a divulgação e a produção de conhecimentos que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico com direitos garantidos e identidades valorizadas. Por outro lado, o termo reconhecimento implica: desconstruir o mito da democracia racial; adotar estratégias pedagógicas de valorização da diferença; reforçar a luta antirracista e questionar as relações étnicoraciais baseadas em preconceitos e comportamentos discriminatórios. (OLIVEIRA e CANDAU, 2010, p.32)

A construção de uma sociedade antirracista requer ações que busquem a ética existencial e a desnaturalização do olhar racista presente em vários âmbitos do país. Assim, é necessária a busca de meios de apresentar, na escola, para as crianças, seja em materiais

didáticos, sejam em histórias e livros, que personagens negros fujam dos estereótipos de escravizados.

Numa sociedade que possui valores e padrões historicamente predominantes marcados pela inferioridade, é essencial que as contribuições culturais, sociais e educativas das mulheres negras (que também fazem parte da nossa formação cultural), seja amplamente evidenciada em todos os ambientes, principalmente nas escolas, que é um dos locais que as identidades culturais podem garantir sua expressividade coletivamente e com liberdade.

Sabe-se que mulheres negras ainda sofrem com a discriminação de racial e gênero que se encontram fixadas na sociedade, e isso deve-se a herança do passado escravocrata e negligência a qual sofreram durante anos.

A educação é da cultura do povo e um meio para difundir saberes, por meio dela espera-se desmistificar a democracia racial, pois ela é fundamental para a construção de uma sociedade promotora da igualdade racial e de gênero.

As memórias das mulheres negras presentes em diversos segmentos da sociedade têm o intuito de propiciar a visibilidade histórica de mulheres negras na história do Brasil e a perpetuação de suas histórias e contribuições culturais brasileiras, além de trazer à tona a trajetória da luta antirracista enfrentada pela população negra.

As mulheres negras são pessoas ativas presentes em diversas lutas contra o mito da democracia brasileira⁶, que lutam em busca da igualdade racial em todas as esferas sociais.

Neste capítulo, analisamos as contribuições culturais, sociais e educativas das mulheres negras que, de alguma forma, se destacaram na sociedade brasileira, seja no contexto educacional, cultural, comercial ou em posições de liderança à frente do movimento negro. Também discutimos a desconstrução da visão sexista que representa as mulheres negras como inferiores, e reivindicamos o lugar dessas mulheres negras na história educacional, política, social e cultural, bem como a busca pela transformação da imagem negativa que as acompanhou ao longo dos tempos.

Analisou-se também a importância da educação escolar que é considerada como parte da cultura e um meio para difundir saberes e desmistificar a democracia racial. E que a educação está presente em diversas áreas sociais, destacando que a escola, enquanto instituição social, é um dos segmentos sociais, responsável pela organização, transmissão e socialização do

⁶ A crença brasileira de que neste país não existe racismo, que todos os indivíduos vivem em uma suposta democracia racial, com plena igualdade independentemente de sua raça, cor ou etnia.

conhecimento e da cultura e da disseminação de uma cultura antirracista possível por meio de uma educação antirracista. Assim, considerada fundamental para a construção de uma sociedade promotora da igualdade racial e de gênero.

E por fim, a importância da memória. Possível por meio de histórias das mulheres negras resistem a essa passagem temporal, combatendo assim, o esquecimento e a invisibilidade da presença e a existência social da mulher negra na história brasileira.

Já no capítulo 2 abordaremos as representações das mulheres em espaços de memória e educativos, trazendo perspectivas de análise que demonstram a representação histórica dessas mulheres no Brasil, enfocando em mulheres negras ligadas ao campo da educacional, cultural, artístico e museológicos que podem contribuir com o ensino sobre as mulheres negras, e que podem ser abordadas em espaços educativos.

2 MULHERES NEGRAS E REPRESENTAÇÃO EM ESPAÇOS EDUCATIVOS E DE MEMÓRIA

Nesse capítulo discutiremos sobre as representações das mulheres em espaços de memória e educativos, analisando de que maneira podemos ensinar as crianças sobre as mulheres negras em vários espaços, utilizando a análise sobre as representações culturais, objetos da cultura material e símbolos que estão no museu Afro-brasileiro, em São Paulo.

A proposta do capítulo é apresentar possibilidades de ensinar sobre a representatividade feminina negra, já que temos poucas fontes em Mato Grosso do Sul, nos levou a ampliar nossa análise. Trouxemos algumas representatividades de mulheres negras, mas elas não estão em espaços de memória, como museus ou arquivos públicos. Suas histórias são (re) contadas por narrativas orais, por pesquisas realizadas nos últimos anos.

Entende-se por memória a capacidade de conservar, codificar, recuperar e armazenar circunstâncias e informações conquistadas através de experiências vivenciadas ou ouvidas.

Dessa forma, como a intenção é trazer à tona a narrativa positivada sobre a contribuição de mulheres negras no espaço cultural em que vivemos, para que possamos ensinar as crianças sobre a representatividade, valorização e inspiração a partir de mulheres negras, analisamos os elementos que podem ser utilizados por diferentes professores/as para ensinar sobre as mulheres negras.

Os objetos e os símbolos vinculados às mulheres negras, raramente são encontrados em espaços educativos, ou seja, ainda temos poucas fontes para aprofundar a abordagem antirracista, a contribuição feminina negra. Por isso, recorreremos a alguns museus de Mato Grosso do Sul, buscando exposições permanentes sobre as mulheres negras, e . A pesquisa no museu de arte contemporânea, museu da imagem e do som, museu José Antônio Pereira, situados, em Campo Grande, não apresentaram exposições permanentes. Em Três Lagoas, não encontramos nenhum museu, mas na Biblioteca central há exposições, e não encontramos exemplos de representatividade feminina negra.

E, por esses motivos, buscamos em outros espaços que possam contribuir com a aprendizagem cultural das infâncias, no sentido de se reconhecer nas representações culturais em espaços educativos, como os museus, pois ele é um ambiente capaz de propiciar ensino e aprendizagem sem seguir vários requisitos formais.

A escolha pelo Museu Afro, em São Paulo, foi devido a conter um número expressivo de imagens, adornos femininos, símbolos, estátuas femininas de mulheres negras, que contribuiu para a análise que buscamos realizar nessa dissertação. Além de terem objetos que

são de períodos históricos como Colonial e Imperial do Brasil, sendo possível sua utilização com as crianças dos anos iniciais.

Na historiografia brasileira, o conceito representação está entre um dos mais discutidos e vem sendo utilizado em vários campos que envolve as Ciências Humanas. Assim, muitos historiadores se empenham em compreendê-lo para aplicá-lo nos estudos históricos. Etimologicamente, a palavra ‘representação’ origina-se do latim *repraesentare*, que significa se fazer presente ou apresentar de novo.

Gonzales (2020) salienta que as mulheres negras são a parte mais prejudicada da sociedade brasileira, pois enfrentam além da discriminação racial, a discriminação sexual, o que acaba limitando suas chances de progresso. E isso se reflete na área educacional o qual traz textos escolares que evidenciam a visão estética depreciativa e perpetuamente racista, fato que se destaca ao falar da questão sexista e da valorização e favorecimento de classe. (GONZALES, p.145, 2020)

Lamentavelmente, por diversas vezes, a questão das africanidades no ambiente escolar só é trabalhada na semana do dia 20 de novembro, dia que se comemora a consciência negra, data destinada à reflexão da inclusão da população negra na sociedade brasileira, passando assim, despercebido o estudo da temática no restante do ano letivo.

A escola pode proporcionar em seu currículo uma completude emancipatória que tenha consideração pela cultura e a linguagem de todos os grupos culturais, propiciando o convívio com diferentes grupos étnicos e culturais, levando as crianças a refletir sobre as questões raciais, discriminação, diversidade étnica e o respeito mútuo, sendo isso possível através de espaços e instrumentos de memórias.

Julga-se que o ambiente escolar, juntamente com os museus, são espaços socializadores e educativos que abrem possibilidades ímpares de debates e discussões sobre diversos temas, um deles de suma importância é a diversidade étnica e cultural das mulheres negras.

Observou-se que desde o período colonial, as mulheres, sejam elas brancas ou não brancas, não possuíam espaço nos ambientes educativos, e, portanto, não tinham direito a alfabetização. Sua educação era prioritariamente voltada para as tarefas domésticas. Minoritariamente, famílias com poder aquisitivo mais alto enviavam suas filhas para obter instruções nos conventos instituídos pelos portugueses.

Schumacher e Brazil (2007) enfatizam que a partir da década de 1720 é possível perceber relatos da vivência de mulheres negras, mulatas escravas com o ensino. Foi neste período que elas tiveram a oportunidade de serem aceitas em instituições de ensino para aprendizagem da

catequese, afazeres domésticos e boas maneiras, instruções a qual antes era somente para as mulheres de famílias mais abastadas.

Nesta época despontaram várias lutas de mulheres negras em busca de melhoria de vida a seus filhos através da educação, ao mesmo tempo que não deixavam de cumprir seus afazeres na casa dos senhores.

Educação essa, segundo Schumacher e Brazil (2007), era pautada na realização metódica de violência e em maneiras de lutar pela sua sobrevivência. Já as meninas escravizadas aprendiam desde cedo com as negras antigas os trabalhos domésticos que exerceriam mais tarde nas casas de seus senhores, as mais afortunadas conseguiam ir para instituições educacionais onde aprendiam normas de conduta, essas intuições comandadas por mulheres livres.

Em 1824, a Constituição do Brasil previa a busca do fim do analfabetismo, em 1827 com o surgimento das escolas de Primeiras Letras (Pedagogias), a qual formalizava o ensino de para todos os cidadãos do império, mas que infelizmente foram voltadas para os homens considerados livres.

Schumacher e Brazil (2007) destacam também que a publicação do Decreto 133 (1854) e o Aviso Imperial 144 (1864), a proibição oficial de acesso às escolas da Corte aos “portadores de doenças contagiosas, escravos e não vacinados”. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.213)

Vale ressaltar que mesmo após conseguirem a sua liberdade, muitos ex-escravizados encontraram dificuldades para obter instruções, segundo os autores citados, isso também foi visível quanto ao número mínimo de presença de mulheres negras, pardas e mulatas nas escolas de Primeiras Letras. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.213)

Muitas escolas “negras” não foram registradas devido a seu tempo de funcionamento, mas de acordo com Domingues (2004), entre as tentativas, em 1860 na cidade de Campinas, é possível citar o Colégio Perseverança ou Cesarino. Ele foi o primeiro, naquela cidade, proposto para educação de mulheres. No ano de 1965 já possuía 44 alunas, sendo elas brancas e negras. Embora se tratasse de uma escola particular com alunas de famílias abastadas, as jovens negras que não tinham condições de pagar a mensalidade recebiam atenção particular dos proprietários. Contudo, devido a sua precariedade estrutural e dificuldade financeiras, fechou as portas em 1876.

Por volta de 1871, o período criação da Lei do Ventre Livre, que propunha após a promulgação desta lei, os filhos de escravos nascidos seriam conduzido a instituições que ficariam responsáveis pela instrução educacional destes indivíduos até os 21 anos, porém, foi notório a ineficácia desta lei, sendo possível perceber que um número insignificante de crianças

foi realmente liberta e encaminhada às escolas, mas, Schumacher e Brazil (2007) salientam que neste mesmo período foi possível se deparar com relatos de outras instituições e associações na busca pelo incentivo de educar em especial as mulheres da população negra. Contudo, segundo os autores:

Na realidade, as propostas de educação levadas adiante por algumas dessas associações estavam mais preocupadas em “ocidentalizar” os costumes tidos como “bárbaros” por grande parte da sociedade brasileira da época, do que propriamente em ampliar a participação cidadã dos afro-descendentes. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.215,)

Assim, na década de 1870 a admissão de negros e negras em ambientes educativos não indicavam que sua cultura e origens seria valorizada, portanto a transmissão destes conhecimentos ficava a cargo das recordações familiares que eram realizadas oralmente.

Sgarbosa (2018) ressalta a criação do Colégio São Benedito, na cidade de Campinas, em julho de 1897 e nomeação da professora a Ana de Almeida Cabra, que neste período inicial a escola contava com a participação de 21 meninas e 19 meninos, em 1907 possuía 272 alunos, no ano seguinte este número subiu para 422 e três anos depois disso foi agrupado à Federação Paulista dos Homens de Cor.

Segundo Sgarbosa (2018), o Colégio São Benedito foi criado pela Irmandade São Benedito e tinha como o objetivo a educação dos “irmãos de cor”, tratamento o qual era utilizado entre os membros da instituição.

Durante o século XX, mesmo que lentamente, surgiram várias iniciativas que visavam educar a população afrodescendente. Como aponta Domingos (2008), “em 1919, a Progresso e Aurora também abriu classes mistas, uma raridade para a época. Essa foi a escola de negros de maior longevidade na cidade de São Paulo. O jornal Progresso estimava que ela tenha atendido “mil e tantas pessoas” durante todo o período de existência. Com dificuldades financeiras, fechou suas portas em 1929”. (DOMINGOS, 2008, p.520)

Ainda em São Paulo, o compromisso com a educação negra é reiterado através da fundação do Centro Cívico Palmares em 1920. Inicialmente, sua proposta, bastante audaciosa naquele momento, era a criação de uma biblioteca só para negros. Entretanto, o clima de preconceito racial latente altera o rumo da entidade que se envolve com a luta direta, chegando a promover uma campanha de sucesso contra os ditames de um chefe de polícia que exigia a brancura como requisito para o ingresso na Guarda Civil. (SCHUMACHER e BRAZIL, 2007, p.219)

Em maio de 1922, aos 17 anos, em Florianópolis, a educadora Antonieta de Barros acreditando que a educação era um meio de libertação das pessoas marginalizadas, inaugurou o Curso Particular de Alfabetização Antonieta de Barros, cujo objetivo era combater o analfabetismo em adultos além de prepará-los para os testes admissionais do Ginásio do Instituto de Educação e da Politécnica. Por mais de mais trinta e dois anos, Maria Antonieta o dirigiu e batalhou pela formação de contínuas geração de homens e mulheres negros. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p.219)

Na década de 1930, através da elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o ensino público conquistou um aspecto mais sistematizado e organizado, porém, não obteve avanços significativos no que se diz respeito a participação de mulheres negras em seu corpo docente. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p.219)

Schumacher e Brazil (2007) declaram que isso acontecia porque ao analisar os currículos para contratação, os critérios levavam em conta a aparência e elementos físicos e psicológicos, majoritariamente, beneficiando as mulheres com características europeias.

Romão (2005) destaca a fundação da Frente Negra Brasileira (FNB), em 1930 na cidade de São Paulo, dizendo que ela foi uma das experiências referenciais responsável por inaugurar a história da educação afro-brasileira no campo educacional das relações raciais brasileiras.

Já em 1932, os critérios para as figuras femininas ingressarem no magistério público era baseado na concepção do branqueamento, tinham que passar pela aprovação de exames comprobatórios contra “doença contagiosa ou repugnante, de defeito físico ou psíquico, como de hábitos higiênicos e de personalidade (boa conduta social e vocação individual e familiar – pais, tios ou irmãos no magistério)”. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p.220)

Todavia, esses parâmetros não foram suficientes para inibir o destaque ocupacional de algumas figuras femininas negras em espaços e instituições educacionais, justamente porque neste período era uma das alternativas predominantes quando se tratava do trabalho profissional feminino.

Em 1944, na cidade do Rio de Janeiro houve a criação do Teatro Experimental do Negro (TEN), que contou com apoio de artistas da época, e da autorização da União Nacional dos Estudantes que cedeu seu espaço para ensaios e para alfabetização de adultos realizada para seus integrantes conseguissem dominar a leitura para ensaio. O TEN trouxe a proposta de valorização social por meio da educação e arte da cultura afro-brasileira, e a parti dele, em 1950 surgiram duas organizações de mulheres negras: a Associação de Empregadas Domésticas e o Conselho Nacional das Mulheres Negras. (ROMÃO, 2005, p.130)

As mulheres negras se faziam presentes nos cursos de alfabetização e no TEN: “nas peças de teatro, nas conferências como debatedoras e na organização da entidade.” De acordo com Romão (2005), isso é facilmente notado em manchetes de jornal dos anos 1949 a 1950, o qual deixara “bastante evidente a atuação dessas mulheres como atrizes e como lideranças políticas no movimento de organizar as mulheres negras no mundo do trabalho.”

O TEN revelou a militância e o engajamento feminino nas lutas contra a discriminação. A atuação das mulheres foi uma base importante de suas realizações.

Ainda, Romão (2005) enfatiza e destaca duas mulheres responsáveis por essa mobilização de mulheres negras: Arinda Serafim que mobilizou as empregadas domésticas a frequentar o curso de alfabetização de adultos e o teatro, e, Maria Nascimento, que as mobilizou a adentrar o mundo do trabalho. O primeiro núcleo de estudos africanos, o CEAO – Centro de Estudos Afro-Orientais foi inaugurado no final da década de 1950, em conjunto com a Universidade Federal da Bahia. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007, p. 225)

Com o passar dos anos surgiram novas iniciativas, dentre eles estão os centros de pesquisas e de produção científica que são considerados espaços de suma importância para propagação da história afro-brasileira, dentre eles podem ser citados o Centro de Estudos Africanos, ligado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo criado em 1963, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos na Universidade Cândido Mendes criado no Rio de Janeiro no ano de 1973, e em 1985 foi criado o Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Estadual de Londrina (PR).

Através desses pioneiros e de muitos esforços a população negra alcançou vários setores e agregou diferentes perspectivas. Mesmo assim, Schumacher e Brazil (2007) declaram que,

Embora os brasileiros, e especialmente as mulheres negras venham, pouco a pouco, aumentando sua presença nas instituições de ensino superior, a situação ainda está longe do ideal. A ampliação do acesso à escola não significou o fim das desigualdades raciais, já que a proporção de negros com doze anos de estudo é quatro vezes menor do que a de brancos na mesma faixa etária. Nos últimos anos, contudo, medidas afirmativas, como a adoção de políticas de cotas para negros nas universidades públicas, vêm sendo apresentadas como formas de reduzir essas disparidades, mobilizando diferentes atores sociais nessa ação fundamental para nossa história. (SCHUMAHER e BRAZIL, p. 225, 2007).

Portanto, se faz necessário um olhar mais profundo para a manifestação da imensidade de pluralidade social, dos papéis (mesmo que poucos visíveis) exercidos pelas mulheres negras,

e sua evidente importância na nossa história, a fim de fortalecer, reafirmar sua identidade, levá-las a buscar seus direitos de cidadania e a redução das desigualdades sociais e raciais.

2.1 Mulheres negras e suas representações na educação e cultura brasileira

Neste item do capítulo vamos abordar as perspectivas de análise que demonstram a representação histórica das mulheres negras no Brasil, enfocando sobre a contribuição de algumas delas para a cultura, história e que podem contribuir com o ensino sobre as mulheres negras.

Definimos algumas mulheres, porque estão ligadas ao campo da educação, cultura, das artes, dos museus e que podem ser abordadas em âmbito não formal de ensino. Como contribuição a trajetórias das mulheres negras que foram expoentes historicamente e quem nem sempre estão presentes na aprendizagem das crianças, trouxemos algumas mulheres negras do Brasil e de Mato Grosso do Sul.

A pesquisa deu-se por meio da leitura de textos como artigos, livros, teses, dissertações, através de sites de bibliográficas, sites de notícias, vídeos, entrevistas, dentre outros.

As representações estão organizadas desta maneira: figura, nome da mulher negra representada, ano de atuação frente a luta feminista negra e local de atuação.

Figura 1 - Dandara dos Palmares. (1678-1694), Capitania de Pernambuco Serrada Barriga/ Al-PE



Fonte: palmares.gov

Contexto histórico: Não se sabe ao certo se ela veio da África ou se nasceu no Brasil, mas se juntou aos palmarinos bem jovem. Foi um dos principais nomes da luta negra no Brasil. Seu papel foi fundamental na construção e comando do quilombo dos Palmares (que existiu e resistiu por mais de

100 anos), grande marco da resistência contra o regime escravo brasileiro. Sua principal missão proteger o Quilombo dos Palmares não poupando esforços para isso. Após ser presa, suicidou-se 1694, para não retornar à condição de escrava. (CAETANO; CASTRO, 2020, p.165-166).

Formação e condição social, cultural: Escrava, guerreira, dominava técnicas de capoeira.

Busca por igualdade, direitos: Precursora do feminismo negro. Líder do Quilombo dos Palmares. Preferiu a morte a voltar a ser escravizada.

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Estátua na prefeitura de União dos palmares AL rem 06 de fevereiro 2019, em homenagem a batalha “Guerra dos Palmares” ocorrida em 06/02/1964. (BR104, 2019)

Afetos, famílias, ensino sobre as mulheres: Noiva/esposa de Zumbi dos palmares, mãe de seus três filhos. Lutou até o último suspiro ao lado dele pela libertação dos escravos, mas, assim como muitas outras mulheres, foi silenciada pela história e não teve o devido reconhecimento. (CAETANO; CASTRO, 2020, p.165-166)

Figura 2 - Chica da Silva. (1754-1796). Arraial do Tijuco - atual Diamantina – MG



Fonte: wikimedia commons

Contexto histórico: Conquistou sua liberdade por conta própria, sem apadrinhamentos ou conexões. Viveu durante quinze anos com explorador de diamantes João Fernandes com quem teve treze filhos. Chica da Silva podia visitar suas filhas quando quisesse. E, para que esses encontros ocorressem com maior comodidade, ela e o desembargador construíram um sobrado, ao lado do Recolhimento, onde o casal podia prolongar a estadia ao lado das meninas pelo tempo que desejassem. (SILVA, s.d)]

Formação e condição social, cultural: Ex-escrava alforriada, possuía vários bens e escravos

Busca por igualdade, direitos: Em meio a uma sociedade escravocrata, Chica convivia com a elite branca, e conseguiu respeito e distinção social na sociedade de Minas Gerais, no século XVIII. (FRASÃO, 2019)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Casa de Chica da Silva, em Diamantina.

Figura 3 - Tereza de Benguela. (1750-1770). Vale do Guaporé – MT.



Fonte: Fundação Palmares

Contexto histórico: É considerada uma personagem importantíssima no contexto de luta e resistência negra mato-grossense. Foi líder e governou por mais ou menos vinte anos a comunidade quilombola conhecida como Quilombo de Quaritêrere localizado na região do Rio Guaporé, no atual estado do Mato Grosso. Tornou-se um símbolo de luta e resistência a escravidão das mulheres negras por sua capacidade de liderança. Sendo assim, pela Lei Federal nº 12.987, o dia 25 de julho (data de sua morte), foi instituído como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra. (LACERDA, 2019, p.91-93); (Biblioteca CECULT, 2018)

Formação e condição social, cultural: Escrava, e guerreira. Estrategista militar e dirigente política.

Busca por igualdade, direitos: Símbolo de luta e resistência a escravidão. Líder e rainha do maior quilombo do Mato Grosso o Quilombo do Piolho ou Quilombo de Quaritêrere. (Biblioteca CECULT, 2018)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há monumentos, estátuas nem museus dedicados a ela. houve somente a sugestão de uma vereadora de São Paulo Luana Alves, em julho de 2021, propondo a substituição da estátua do bandeirante Borba Gato, na Zona Sul de São Paulo. Exposição fotográfica em formato virtual intitulada “Mulheres Negras, Conquistas e Perspectivas, na Linha da Cultura do Metrô de São Paulo em julho de 2021. (UOL, 2021); (Revista Museu 2021)

Figura 4 - Luíza (Luísa) Mahin. (1812-1835). Salvador- BA.



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil

Contexto histórico: De origem africana, radicada no Brasil, Quitandeira que se dizia princesa africana, embora muitos estudiosos a deem como nascida em Salvador. Como trabalhava nas ruas, conhecia muito bem vielas, ruas, a lógica e o funcionamento da capital baiana, o que facilitava sua atuação na articulação das revoltas, com troca de bilhetes e de crianças que a ajudavam nesta missão, utilizando pretexto de compra de iguarias da quitandeira. Seus líderes foram perseguidos e castigados com severidade, mas Luíza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde foi presa e, possivelmente, deportada para a África. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p.146).

Formação e condição social, cultural: Ex-escrava, negra africana, livre, quituteira de profissão.

Busca por igualdade, direitos: Fazia de sua casa refúgio de rebelados e quartel general das principais revoltas negras de Salvador, dentre elas a chamada revolta dos malês, um dos movimentos negros mais emblemáticos da história da escravidão africana. Exaltada como referencial de luta pelo Feminismo Negro. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p.146).

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há monumentos, estátuas nem museus dedicados a ela, somente uma praça pública do bairro da Cruz das Almas de São Paulo, que recebeu seu nome em 1985, por iniciativa do Coletivo de Mulheres Negras/SP e tornou-se uma grande área de concentração populacional negra. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p.146).

Figura 5 - Mariana Crioula (1838). Pati do Alferes – RJ.



Fonte: imprensa preta.com

Contexto histórico: *Mucama que fazia companhia a Francisca Xavier. Mariana foi consagrada como rainha do quilombo pelos fugitivos, na serra da Mantiqueira. Foi presa por tropas da Guarda Nacional, porém, resistiu bravamente e à frente dos revoltosos gritava: “morrer sim, entregar não!” Foi absolvida juntamente das outras mulheres, com rumores de que Francisca Xavier foi a responsável. Além da resolução prescrita no Código Criminal do Império, a qual refere-se que as mulheres são inferiores aos homens e por isso não poderiam receber a mesma punição. (Biblioteca CECULT, 2018); (LACERDA, 2019); (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.94*

Formação e condição social, cultural: *Costureira escravizada*

Busca por igualdade, direitos: *Líder da maior insurreição de escravos do Rio de Janeiro ao lado do escravo Manuel Congo em 1838, a qual considerada uma das maiores fugas da região fluminense. Antes de ser capturada chegou a lutar armada para defender-se e aos seus, mas foi ainda assim presa com cerca de 22 escravizados e absolvidas com todas as outras mulheres, supostamente a pedido da senhora Francisca Elisa Xavier. (Biblioteca CECULT, 2018); (LACERDA, 2019); (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.94)*

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: *Lei nº 5899, em 24 de fevereiro de 2011, declarando Mariana Crioula e Manuel Congo como os heróis do estado do Rio de Janeiro, entretanto não existe nenhuma estátua ou qualquer monumento que destaque isso. (Biblioteca CECULT, 2018); (LACERDA, 2019); (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.94)*

Figura 6 - Maria Firmina dos Reis. (1847-1917). Guimarães – MA.



Fonte: André Valente/BBC

Contexto histórico: *Negra bastarda, educadora e autora de hinos, folgedos populares. Prestou concurso na cidade de Guimarães para o ensino primário oficial, após disputar a vaga com mais duas candidatas, em 1847 foi nomeada professora. Mesmo após sua aposentadoria, em 1881, continuou, com poucos recursos, seu trabalho de instrução e assistência aos menores carentes, tomando muitos deles como afilhados. Sua trajetória revelam uma história pouco conhecida, mas significativa, da entrada e atuação de mulheres em diferentes espaços e instituições de ensino brasileiro. (BRANDINO, [s.d.]); (D'ANGELO, 2017)*

Formação e condição social, cultural: *De origem pobre, tornou-se professora pública, era também escritora, poetisa, musicista e compositora. (D'ANGELO, 2017)*

Busca por igualdade, direitos: Primeira mulher aprovada em um concurso público no Maranhão para o cargo de professora primária. Considerada a primeira escritora brasileira, pioneira na crítica antiescravista da nossa literatura, foi a primeira mulher a escrever um romance abolicionista no Brasil, *Úrsula* (1858). Possui mérito na fundação da primeira escola mista e gratuita do Brasil, no ano de 1881. (BRANDINO, [s.d.]); (D'ANGELO, 2017)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Busto de Maria Firmina na Praça do Pantheon, em São Luís, Maranhão. BRANDINO, [s.d.]);mBusto no Museu Histórico do Maranhão, o qual a retrata “embranquecida”, com cabelos lisos e nariz fino. (D'ANGELO, 2017) Estátua no município de Guimarães na principal praça da cidade. Foi homenageada na Flup (Festa Literária das Periferias), no Rio de Janeiro. (NEIVA,2020) “Exposição Maria Firmina dos Reis - 200 anos inspirando humanidades”, no Museu Desembargador Lauro Berredo Martins, mostra do Tribunal de Justiça do Maranhão, com duração de três meses. (TJMA)

Figura 7 - Luciana de Abreu. (1869-1880). Porto Alegre – RS.



Fonte: Acervo do Museu Júlio de Castilhos, em Porto Alegre

Contexto histórico: Foi incentivada a estudar por seu pai adotivo. Em 1859, terminou o curso primário, permanecendo na escola como ajudante. Em 1869 entrou para a Escola Normal de Porto Alegre, após concluí-la ingressou no magistério Província, ao concluir atuou como professora primária. Anos mais tarde abriu uma escola particular. Faleceu com trinta e três anos de tuberculose. (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000, p. 341)

Formação e condição social, cultural: Órfã deixada na Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Formou-se professora e foi um educadora muito conhecida na capital gaúcha.

Busca por igualdade, direitos: Pioneira da luta pela emancipação da mulher no Rio Grande do Sul. Foi convidada para ingressar na Sociedade Partenon Literário, se tornando a primeira mulher brasileira a entrar para uma sociedade literária e a primeira mulher a subir na tribuna para expor suas ideias, entre as quais estava a emancipação da mulher, assim como o direito irrestrito de acesso à instrução superior e à liberdade escolha profissional. (SCHUMAHER, BRAZIL, 2000)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há.

Figura 8 - Catharina Rosa Pereira de Jesus (Catarina Mina) (1870-1880) São Luís – MA.



Fonte: TV Brasil

Contexto histórico: Data de nascimento e falecimento desconhecida. Vendia quitutes em um beco da cidade de São Luís do Maranhão. Mulher bonita, considerada boa de negócio, conseguindo assim acumular fortuna e comprar sua alforria e dos seus amigos. Após liberta tornou-se uma grande senhora de escravos. Quando morreu deixou bens, entre imóveis e dinheiro, para muitos parentes diretos e para outros da sua comunidade étnica. Sua representatividade é notada e evidenciada no centro histórico de São Luiz com o logradouro denominado Beco Catarina Mina, um dos becos mais visitados do Centro Histórico. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p.65) e (SILVA, p.3, 2021)

Formação e condição social, cultural: Negra escrava alforriada. Acumulou fortuna e muitos bens.

Busca por igualdade, direitos: Comprou sua alforria e de seus amigos com o dinheiro das vendas de seus quitutes e graças a favores oferecidos a comerciantes portugueses ricos. Por meio do seu trabalho conquistou sua liberdade e acumulou significativa fortuna. (SILVA, p.3, 2021)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Logradouro denominado Beco Catarina Mina.

Figura 9 - Auta de Sousa. (1892-1901) Macaíba -RN.



Fonte: wikipedia

Contexto histórico: Foi criada por sua avó materna, Silvina Maria da Conceição de Paula Rodrigues, onde foi alfabetizada por professores particulares. Frequentou o Colégio São Vicente de Paula, dirigido por freiras francesas em Recife, onde se destacou como a primeira aluna da turma. Apaixonada pela literatura, escreveu poesias que foram publicadas em jornais e revistas da região e em diversos livros, vencendo assim a resistência de círculos literários masculinos e escrevia profissionalmente em uma

sociedade em que este ofício era quase que exclusividade dos homens. Teve rápidas experiências docentes em colégios regulares, mas sua grande dedicação como educadora foram as aulas de catecismo. Faleceu aos 24 anos de tuberculose, mas em 1900, seu livro “Horto” já havia sido publicado, com prefácio de Olavo Bilac. (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p.216).

Formação e condição social, cultural: Menina negra que ficou órfã de pai e mãe ainda criança, começou a escrever aos 16 anos e tornou-se poetisa.

Busca por igualdade, direitos: Prevaleceu em meio a resistência de círculos literários masculinos, além de escrever profissionalmente em uma sociedade onde este ofício era praticamente todo exclusivo para homens, pois a crítica ignorava escrita de mulheres. (FENSKE, 2013)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Estátua no Instituto Pró Memória - O Caxangá. Macaíba RN Brasil.

Figura 10 - Eufrozina Amélia Guimarães (Zizinha Guimarães). (1896-1964) Laranjeiras – SE.



Fonte: istoesergipe.blospot

Contexto histórico: Frequentou o Colégio Inglês, instituição ofertada ao público feminina, após a formação básica, começou lecionar como “professora leiga”, pois não possuía formação na Escola Normal, a partir desta experiência foi nomeada professora pública estadual por um Decreto público em agosto de 1896. A sua personalidade, respeitada, era exaltada principalmente por parte dos Mestres eméritos do Magistério Sergipano. (FREITAS, 2015, p. 81)

Formação e condição social, cultural: Pertencia a uma família não abastada. Professora leiga nomeada professora pública estadual por um Decreto público em agosto de 1896. (FREITAS, 2015, p. 81)

Busca por igualdade, direitos: Em 1904, fundou a Escola Laranjeirense, transformando-se assim em educadora ciente e consciente, por preceptora de três gerações seguidas. Além de se destacar nas colunas educacionais marcava presença sociais e religiosos. (FREITAS, 2015, p. 81); (SANTANA, 2011, p.10)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Há um busto em uma praça pública e uma escola pública na cidade de Laranjeiras. Em setembro de 2011 aconteceu a “5ª Primavera dos Museus” um projeto nacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)

com a exposição 'Fragmentos de uma vida - Objetos memoráveis de Zizinha Guimarães', montada no Museu de Arte Sacra de Laranjeiras. (SANTANA, 2011)

Figura 11 - Maria Dimpina Lobo Duarte. (1909-1966) Cuiabá-MT.



Fonte: omatogrosso.com

Contexto histórico: Apresentava um português invejável, e ao longo do curso se aperfeiçoou nas línguas grega, latina, inglesa, alemã e francesa. Fundou o Colégio São Luís no estado do Mato Grosso. Em 1916, participou da fundação do Grêmio Literário Júlia Lopes, responsável pela edição da revista A Violeta. Mais tarde, criou a Escola Doméstica Júlia Lopes de Almeida. Fundou a Federação Mato-grossense pelo Progresso Feminino, vinculada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Tirou o primeiro lugar num concurso literário de âmbito nacional, promovido pelo Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 219)

Formação e condição social, cultural: Formou-se em Ciências e Letras. Dedicou-se ao magistério. (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, Indígena e de Fronteira, 2012)

Busca por igualdade, direitos: Primeira mulher a ingressar na escola Liceu Cuiabano, se destacando desde o início por sua inteligência. Primeira professora, funcionária pública do estado do Mato Grosso, assumiu cargo nos Correios e Telégrafos. lutou em prol da construção de uma Estrada de Ferro para o norte de Mato Grosso e por rodovias. A primeira mulher a se manifestar contra a discriminação de gênero. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 219)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Somente uma escola com seu nome na cidade de Cuiabá, MT.

Figura 12 - Antonieta de Barros. (1922-1952) Florianópolis-SC.



Fonte: [wikipedia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Anthonieta_de_Barros)

Contexto histórico: Foi a primeira integrante de sua família a conseguir realizar o ciclo escolar completo. Estudou na Escola Normal e após a conclusão do Magistério criou seu curso de alfabetização, chamado “Antonietta de Barros” seu público-alvo era a população carente, além de lecionar em diversos colégios de Florianópolis. Desenvolveu trabalhos como jornalista e aos 21 anos fundou o jornal “A Semana”. Participou ativamente da vida política. Foi eleita a primeira deputada estadual mulher e negra do Brasil em 1934 e uma das pioneiras no combate à discriminação dos negros e das mulheres. Em seus mandatos trabalhou ativamente pela melhoria da educação popular. Foi a autora da lei estadual nº 145, de 12 de outubro de 1948, que instituiu o Dia do Professor. (ROMÃO, 2021); (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p.316).

Formação e condição social, cultural: De família muito pobre. Tornou-se jornalista, professora, escritora e política brasileira.

Busca por igualdade, direitos: Conviveu com muitos preconceitos raciais e desafios sociais e de gênero. Foi considerada uma das melhores educadoras de seu tempo, participou ativamente como defensora da liberdade de expressão feminina através da oferta da educação de excelência e com acessibilidade de toda população. Também lutou pelo reconhecimento da cultura negra. É considerada a primeira mulher negra a trabalhar na imprensa catarinense. (ROMÃO, 2021);

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Um busto na Praça XV de Novembro em Florianópolis, Santa Catarina. Um busto em bronze em uma saleta em sua homenagem no MESC (Museu da Escola Catarinense) (SOUZA, 2013)

No início de 2023 o presidente Lula sancionou lei para incluir Antonietta de Barros entre as Heroínas da Pátria

Figura 13 - Almerinda Farias Gama. (1929-1999). Maceió-AL.



Fonte: Cpdoc/Fundação Getúlio Vargas (FGV)

Contexto histórico: Mulher, negra, nordestina. Pioneira na atuação de mulheres negras na política brasileira, com importante papel no movimento sufragista brasileiro de 1932. Constituinte no ano de 1934, era a única figura feminina e negra presente. Em 2016, a prefeitura de São Paulo instituiu o Prêmio Almerinda Farias Gama, voltado às iniciativas em comunicação social ligadas à defesa da população negra. (Tenório, 2020)

Formação e condição social, cultural: Viúva e sem posses, para se sustentar dependia de trabalho assalariado. Tornou-se jornalista, datilógrafa, militante feminista, sindicalista, advogada, poetisa e musicista. (Tenório, 2020)

Busca por igualdade, direitos: Envolveu-se em diferentes frentes políticas, tendo como principal a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Foi a primeira presidente do Sindicato dos Datilógrafas e Taquígrafas. Foi uma das primeiras a participar do processo de formação de uma Assembleia. (Tenório, 2020)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há busto, estátuas, monumentos, prêmio, nome de escola ou de rua; só silêncios.

Figura 14 - Maria de Lurdes Vale do Nascimento. (1940-1995) Franca - SP.



Fonte: bvconsueloponde.ba.gov.br

Contexto histórico: Provavelmente a primeira colunista negra do Rio de Janeiro e uma das primeiras do Brasil.

Em 1944 foi uma das fundadoras do Teatro Experimental do Negro e responsável por diversas atividades da organização. Foi coordenadora do departamento feminino e gerenciou o jornal Quilombo, onde possuía sua própria coluna: Fala a Mulher. Em 1950 fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras que focava nas questões femininas e infância. O Conselho possuía um departamento jurídico direcionado a atendimento de cidadania básicos para a população negra como: a aquisição da certidão de nascimento e carteiras de trabalho e até serviços jurídicos. Sua atuação foi de grande importância tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. (SCHUMACHER; BRAZIL, 2007, p.297); (XAVIER, 2020, p. 31)

Formação e condição social, cultural: Assistente social, ativista dos movimentos sociais negros, professora universitária, jornalista e líder feminista brasileira.

Busca por igualdade, direitos: Uma das fundadoras do Teatro Experimental do Negro, coordenadora do departamento feminino e gerenciou o jornal Quilombo, fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras, foi precursora, da defesa da regulamentação do trabalho doméstico. (XAVIER, 2020)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há.

Figura 15 - Ruth de Souza. (1945-2019). Rio de Janeiro – RJ.



Fonte: Globo / João Cotta

Contexto histórico: Nasceu em 1921, e ainda na infância se interessou-se pelo teatro. Aos 24 anos adentrou ao grupo *Theatro Experimental do Negro (TEN)*. Foi a primeira atriz negra a atuar no Teatro Municipal e a primeira atriz brasileira indicada a um prêmio internacional de cinema. Considerada a primeira grande referência para artistas negros na televisão, foi a primeira atriz negra a protagonizar uma telenovela na Rede Globo, e a segunda na televisão brasileira. Atuou em mais de 30 novelas durante 50 anos de trabalho na rede Globo. (SILVA, 2017)

Formação e condição social, cultural: Mulher negra, de família pobre que se tornou atriz.

Busca por igualdade, direitos: Sua carreira sofreu grandes impactos devido à discriminação. Enfrentou reações de descrença e chacota à decisão precoce de ser atriz, numa época em que era incomum artistas negras fixarem uma carreira profissional de atuação, por causa da estrutura social racista. Contraria as construções estereotipadas de personagens negros. (SILVA, 2017)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: não há.

Figura 16 - Carolina Maria de Jesus. (1960-1977). São Paulo - SP.



Fonte: literafro

Contexto histórico: Foi uma escritora brasileira que apesar de possuir pouca instrução escolar se destacou por meio da escrita de relatos em forma de diários sobre a realidade de sua vida na favela. Quando criança gostava de ler e lia tudo o que lhe chegava em mãos, e assim logo tomou o hábito de escrever. Embora Carolina não tenha frequentado muito a escola, seu pouco conhecimento adquirido ali foi o que lhe permitiu relatar sua vida enquanto mulher negra, mãe solteira, e moradora da favela, originando o livro que alavancou sua vida.

E em 1960 lançou seu primeiro livro “Quarto de Despejo”, onde relatava suas vivências na favela e como sobrevivia à fome com seus filhos. Seu livro foi recorde de vendas, vendeu trinta mil exemplares na primeira edição. (ROSA e SILVA, 2020); (LITERAFRO, 2021)

Formação e condição social, cultural: *Mulher negra, mãe solteira, pobre, moradora da favela e catadora de papéis. Tornou-se escritora, compositora e poetisa brasileira.*

Busca por igualdade, direitos: *Foi uma das primeiras escritoras negras do Brasil, reconhecida internacionalmente, com 7 obra publicadas, e seu 1º livro traduzido para 13 idiomas, é considerada uma das mais importantes escritoras do país. (ROSA e SILVA, 2020); (LITERAFRO, 2021).*

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: *Uma estátua na Praça central Júlio César de Campos, na cidade de São Paulo. Uma biblioteca com seu nome no Museu Afro Brasil Emanuel Araujo localizado dentro do Parque Ibirapuera SP.*

Em outubro de 2022 na zona norte do Rio de Janeiro no Parque Madureira, aconteceu a primeira ocupação artística do Museu de Arte do Rio, o qual trouxe uma homenagem à vida e obra de Carolina de Jesus. (GLOBO, 2022);

Figura 17 - Lélia Gonzales (1978-1994). Rio de Janeiro - RJ.



Fonte: Wikipedia

Contexto histórico: *Feminista pioneira a respeito da Cultura Negra brasileira. Seu nome é referência fundamental quando se trata da história das mulheres negras brasileira, pois ela foi uma das protagonistas responsáveis pela inserção de debates acerca de gênero e raça em diversos ambientes e na formação do movimento das mulheres negras no Brasil, responsável por evidenciar o papel social da mulher negra na sociedade brasileira. Na década de 1980, propôs a releitura da “mãe preta”, como demonstração de resistência aos princípios senhoril através de canções de ninar fartas de palavras africanas com linguagem destinada ao setor infantil. Além de sua atuação nos movimentos negros, fez importantes atuações na área política. Seu legado acadêmico e militante corroboraram não só na impulsão dos problemas raciais no Brasil, mas também para o papel das mulheres negras na sociedade. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p.198/327/329); (HENNEMANN e LESSA, 2022); (ZKAYA, 2022)*

Formação e condição social, cultural: *Nascida em família pobre, graduou-se em História e Filosofia, foi professora da rede pública de ensino. Fez mestrado em comunicação social. E no doutorado especializou-se em antropologia política voltando sua pesquisa em gênero e etnia. Foi professora de*

Cultura Brasileira na e chefe do departamento de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (HENNEMANN e LESSA, 2022);

Busca por igualdade, direitos: *Umas das fundadoras do Coletivo de Mulheres Negras – RJ, Minas de Cor – SP, cofundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ), ativista do Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970 e do Olodum. Auxiliou na fundação do Grupo Nzinga (grupo de pesquisa e difusão da Capoeira Angola e demais tradições educativas da matriz africana, promoção social educação e antirracismo), além de integrar a Diretoria do Departamento Feminino do Granes Quilombo. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007)*

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: *Foi homenageada em duas edições do Carnaval baiano pelo bloco afro Ilê Aiyê. O Prêmio Lélia Gonzalez foi criado pelo governo da Bahia. Uma escola pública estadual no bairro de Ramos, no Rio de Janeiro recebeu seu nome. Projeto NegroMuro, é um monumento da memória negra em forma de pinturas de muros públicos no Rio de Janeiro, na Ladeira de Santa Teresa. (ZAHAR, 2022)*

Figura 18 - Eva Maria de Jesus (Tia Eva). (1905-1926). Campo Grande-MS.



Fonte: palmares.gov

Contexto histórico: *Veio para Campos de Vacaria (Campo Grande) em 1905 com uma ferida feia na perna (oriunda de uma queimadura de banha), devido a sua devoção a São Benedito pediu a São Benedito, caso ele a curasse, ao chegar no Mato Grosso, construiria uma capela em homenagem ao santo em seu local de moradia, juntamente com um local para “criar só as pessoas da cor dela”, onde eles iam viver independente, ter sua casa, que não seriam mais ser escravos, iam possuir um lugar para passar o resto de suas vidas. Logo que os negros se instalaram, a ferida da perna de tia Eva sumiu, e assim com sua ferida curada, em 1910 Tia Eva pagou sua promessa iniciando a construção da capela em agradecimento ao santo, fundando assim a comunidade negra rural em Campo Grande/MS. E assim em 1919 a estrutura da igreja foi substituída por alvenaria de tijolo maciço revestido de argamassa e com a finalização da edificação dia 13 de maio tia Eva organizou a primeira festa de São Benedito. Foi enterrada dentro da pequena igreja, a mais antiga da cidade. “Deixou 2 mil descendentes espalhados pelas comunidades negras do Estado.” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 182) e (SANTOS, 2012,p.159).*

Formação e condição social, cultural: Ex-escrava. Trabalhou como lavadeira, parteira, cozinheira, curandeira, benzedeira

Busca por igualdade, direitos: Líder religiosa que tinha o dom de benzer, com as graças de São Benedito e com o passar dos anos, passou a ser reconhecida como benzedeira “Tia Eva”. Sabia ler e escrever mesmo tendo sido escrava. Se tornou referência na comunidade, pois era procurada ou muitas pessoas, lhe rendendo benefícios financeiros. (SANTOS, 2012)

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Um busto inaugurado no ano de 2003 na cidade de Campo Grande, em frente à igrejinha de São Benedito. Festa de São Benedito. (SANTOS, 2012)

Figura 19 - Lenilde Ramos. 1968. Campo Grande - MS



Fonte: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

Contexto histórico: Mulher de muitos talentos (musicais, poéticos, interpretativos etc.).

Em 1968 compôs sua primeira música: “O amor vence a cor” (que abordava as revoltas negras ocorridas nos Estados Unidos após o assassinato de Martin Luther King) com a qual participou do Festival de 1969 e saiu vencedora.

Em 1970, ingressou na Faculdade de Letras da FUCMAT (Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso) o que fortaleceu sua ligação com o cenário cultural estadual. Foi nomeada professora da Rede Estadual de Ensino do Hospital São Julião, onde ganhou o prêmio Viagem à Itália decorrentes de seus 15 anos de trabalho, assumiu a função de secretária da Diretora Executiva do Hospital, Irmã Silvia Vecellio. Em 1979, quando nomeada a primeira técnica musical no novo Estado, articulou projetos para divulgar a música popular, regional e erudita. Em 2011 lançou seu primeiro livro: “História sem nome- Lembranças de uma menina quase gêmea” (CORREIO DO ESTADO 2019); (NEDER, 2017, p.102)

Formação e condição social, cultural: Mulher, negra e de família operária. Formada em letras. Escritora, musicista, compositora e ativista cultural. Trabalhou também com produção cultural.

Busca por igualdade, direitos: Primeira mulher negra a fazer parte da Academia Sul-mato-grossense de Letras. Orgulhosa de suas origens, já foi convidada a divulgar sua arte e a cultura sul-mato-grossense em diversos países.

Foi nomeada para o Conselho Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul e diretora de Difusão Cultural da Fundação de Cultura de MS, coordenando projetos e eventos artísticos e culturais em todo

do Estado. Em abril de 2019 foi eleita, para ocupar a cadeira nº 31, na sucessão do acadêmico Hildebrando Campestrini, sendo assim diplomada a nova imortal da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras. Apresentou-se em vários países divulgando aspectos culturais do estado. (ACADEMIA SUL-MATO-GROSSENSE DE LETRAS, 2019);

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há.

Figura 20 - Raimunda Luzia de Brito. 1982. Aquidauana-MS.



Fonte: geledes.org

Contexto histórico: Foi bolsista na faculdade e perseguida pelo exército na década de 60. Atuou como professora por 29 anos na Universidade Dom Bosco. Possui uma longa ficha de serviços prestados à causa das mulheres, especialmente as negras, as quais representa por conta de sua ascendência. Em 2010 foi candidata a deputada federal pelo MDB, recebendo 3.096 votos e elegendo-se suplente. Em 2017 recebeu o Diploma Bertha Lutz, também conhecido como Prêmio Bertha Lutz, foi instituído pelo Senado Federal do Brasil para agraciar mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e questões do gênero no Brasil, Raimunda está entre as cinco mulheres do país a recebê-lo. (Silva, 2010), (Santos 2015) e (Cáceres,2017).

Formação e condição social, cultural: Mulher e negra sul-mato-grossense proveniente de uma infância pobre. Assistente social, advogada, mestre em serviço social e doutora em ciências da educação.

Busca por igualdade, direitos: Militante histórica que participou da fundação do Coletivo de Mulheres Negras de Mato Grosso do Sul, que depois passou a se chamar Coletivo de Mulheres Negras Raimunda Luzia de Brito. Foi Coordenadora Especial de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial de Mato Grosso do Sul e integrante da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra.

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há.

Figura 21 - Jaceguara Dantas da Silva Passos.1983. Campo Grande - MS.



Fonte: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Contexto histórico: Mudou-se para Campo Grande aos 11 anos. Em 1981 estudou direito na antiga faculdade FUCMAT (UCDB).

Em 1992 ingressou no MPE (Ministério Público Estadual). Desde 9 de setembro de 2015 é procuradora de Justiça Criminal do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), além de diretora-geral da Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, e membro do Conselho Superior do Ministério Público. No ano de 2015 estava dentre as 85 personalidades homenageadas em uma solenidade especial em comemoração ao aniversário de 116 anos de Campo Grande pelos vereadores da Câmara Municipal. Ela recebeu o título de Cidadã Campo-grandense conferido pelo Decreto Legislativo n. 1.935/15, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento da cidade e da melhoria da qualidade de vida do povo campo-grandense. Escreveu um livro infantil intitulado "Os sonhos de Agatha", lançado no ano de 2022. O livro, segundo ela resgata um pouco da sua infância, a história de uma menina negra e a questão racial, como é ser uma menina negra dentro do contexto de uma sociedade racista, preconceituosa e fortemente discriminatória. A intenção dela é colocar o livro nas ruas o mais rápido possível, mas caso não consiga viabilizar o projeto a curto prazo, a procuradora pretende buscar alternativas como um financiamento coletivo. (CÂMARA MS, 2015); (DUALIBI, 2020); (VIDON 2020).

Formação e condição social, cultural: Doutora em Direito

Busca por igualdade, direitos: Foi uma das sócias fundadoras do grupo TEZ (Trabalho Estudos Zumbi), primeira entidade do grupo negro do Estado de Mato Grosso do Sul. Foi primeira mulher presidente do Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua (1983), um dos mais conceituados diretórios da faculdade de direito que tem por fim representar os estudantes de Direito das instituições da universidade ou mesmo fora delas. É responsável pela implantação da primeira Promotoria de Direitos Humanos do MPE/MS. (CÂMARA MS, 2015); (DUALIBI, 2020); (VIDON 2020).

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: Não há.

Figura 22 - Danielle Ferreira. 2015; Dourados-MS.



Fonte: midiamax.uol

Contexto histórico: *Nasceu no Rio de Janeiro, mas é uma pérola negra radicada em Mato Grosso do Sul. Escritora infantojuvenil de questões sobre diversidade, autora do livro “O Reino Perdido de Odara”, considerado “uma carta de amor às crianças negras, que fala sobre a beleza da negritude”. É pesquisadora de Relações Raciais da GEPRAFE - UFGD. Membro de comissões de avaliação de ações afirmativas de concurso público e vestibular, e do conselho municipal Afro. Colunista da revista África e Africanidades. Foi secretária executiva do Conselho Municipal de políticas sobre Drogas de Dourados. Possui experiência em educação social voltada a infância e juventude negra. Foi condecorada com o prêmio “Zumbi dos Palmares” pela Câmara Municipal de Dourados em 2019 por seus trabalhos enfocados as questões raciais. (COGECOM, 2020); (CAARAPÓ NEWS, 2021)*

Formação e condição social, cultural: Psicóloga e escritora.

Busca por igualdade, direitos: *Fundadora e administradora do projeto À Flor da Pele (Rede de Relações Institucionais e Saúde Mental). Idealizadora e Produtora da coleção SER - Subjetividade, Educação e Representatividade. (COGECOM, 2020); (CAARAPÓ NEWS, 2021)*

Monumentos/estátuas/festa/museus que representam essas mulheres: *Não há.*

Analisando os dados apresentados, é indiscutível o silenciamento histórico de muitas dessas mulheres e principalmente suas representações na área educacional. Percebe-se que apesar da grande participação delas em vários aspectos da história social, política, educativa e cultural brasileira, há ainda silenciamento sobre suas representações em espaços de memórias como os museus, praças, entre outros.

Essas histórias podem impactar de forma favorável o campo da educação, ou seja, a trajetória dessas mulheres tem por objetivo instigar nas crianças a busca de igualdade, fomentar, a busca de novos paradigmas e contribuir para a luta antirracista através do protagonismo das mulheres negras, e quem sabe assim transpor mudanças estruturais e conjunturais para a educação brasileira.

Sobre as representações por meio de estátuas, bustos, monumentos e em museus, contribuem para evidenciar que as mulheres negras estiveram presentes em várias situações históricas, contribuindo para ensinar às crianças a representatividade negra e feminina.

É importante destacar que no estado de Mato Grosso do Sul não há representações das mulheres negras, exceto pelo busto de Eva Maria de Jesus (tia Eva), inaugurado em 2003 na cidade de Campo Grande, em frente à igreja de São Benedito.

No que diz respeito às demais mulheres negras brasileiras, não existem museus ou espaços educativos que tragam em um único local elementos culturais capazes de evidenciar as identidades positivas e a trajetória das mulheres que contribuíram social, cultural e historicamente para a nossa sociedade.

Segundo Gomes (2005), "reconhecer-se numa identidade supõe, portanto, responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência". Diante disso, é necessário abordar a representatividade dessas mulheres negras diariamente, por meio de todos os recursos possíveis, sejam eles estátuas, bustos, objetos, etc., para que as alunas negras se identifiquem e construam sua identidade negra gradualmente, tornando-se assim protagonistas de suas próprias histórias.

A autora ainda afirma que "a identidade negra é entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços – institucionais ou não". Isso nos leva a concluir que ela é construída durante a trajetória escolar e que a escola tem o dever educativo e social de respeitá-la, compreendê-la e divulgá-la.

Por meio da construção de uma identidade feminina negra positiva, é possível ampliar os "olhares" das diferentes gerações. Através das representações das mulheres negras, as crianças podem decodificar os símbolos, objetos e elementos da cultura africana e afro-brasileira, percebendo que eles são formadores das identidades no Brasil.

Assim, na perspectiva educacional, inserir esses elementos pertencentes às mulheres negras ao longo da história do Brasil contribui na sala de aula para compreender o que representam as etnias e as diversidades culturais e de gênero.

Por exemplo, as narrativas sobre cada mulher negra que apresentamos podem ser utilizadas tanto para evidenciar quais elementos históricos estão relacionados a elas quanto para destacar sua atuação como líderes, poetisas, professoras, jornalistas, entre outras áreas, o que pode inspirar as novas gerações de meninas negras.

3 AS MULHERES NEGRAS E REPRESENTATIVIDADES NA APRENDIZAGEM: POSSIBILIDADES DIDÁTICAS PARA AS INFÂNCIAS

Este capítulo apresenta a perspectiva da memória e representatividade negra feminina. Para tal, utilizamos as imagens e narrativas sobre as mulheres negras pesquisadas, assim como alguns objetos do Museu Afro Brasil-SP como possibilidades para a aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No capítulo anterior abordou-se sobre o protagonismo das mulheres negras na construção da história do Brasil que se encontra no esquecimento, pois a história contada é tendenciosa e corrobora para a tentativa do branqueamento social e para o silenciamento daquelas que passam a ser vistas como meras coadjuvantes.

Freitas (2015) reforça que a narrativa histórica brasileira oficialmente registrada, conta sobre “os ditos vencedores”, buscando apagar a “tradição oral das tribos indígenas e nações africanas”, e empenhando-se em manter a invisibilidade daqueles que não puderam “expressar-se e contar a história da qual foram parte, para qual contribuíram e que só é assim porque eles dela participaram”. (FREITAS, 2015, p.45)

As mulheres explanadas no capítulo anterior são protagonistas de uma história brasileira que é pautada no esquecimento, e que muitas vezes tem seus papéis atrelados às lutas masculinas, tanto que há poucos registros sobre elas na historiografia brasileira.

E ainda assim,

O cenário retratado pela narrativa “oficial” a mulher negra foi historicamente submetida a invisibilidade, afinal privilegiou-se os homens, ou melhor, os homens brancos. Essa dupla invisibilidade, de gênero e raça, imbricada na condição de classe do sistema capitalista, busca reservar para as mulheres negras no Brasil, a pecha de coadjuvantes, um espaço extremamente delimitado, reduzido a tipos já construídos, solidificados, porque não dizer, naturalizados nas tipologias das mulatas, crioulas, escravas fiéis e infiéis, mucamas. Pode-se acrescentar ainda, as abnegadas amas de leite, as exímias cozinheiras, as temidas macumbeiras, enfim tipos que prevalecem quando se apresentam as mulheres negras nas páginas das histórias brasileiras. (FREITAS, 2015, p.48-49)

Assim, ao trazer sobre sua vida e trajetória no capítulo anterior, busca-se mostrar a diversidade entre elas e evidenciar que as mulheres negras têm trajetórias tão diversas quanto a dos homens na história do Brasil.

Para contribuir com esse protagonismo é abordado também um tópico sobre possibilidades didáticas utilizando as trajetórias e histórias das mulheres abordadas no capítulo anterior, além de elementos/objetos museológicos.

Apresentaremos as contribuições do ensino da história das mulheres negras a partir de alguns objetos que se remetem a elas, os quais estão no Museu Afro Brasil. Esse museu foi escolhido por ter exposição permanente que apresenta a trajetória de mulheres negras no Brasil, em diferentes períodos históricos, além de apresentar um pouco mais o Museu Afro Brasil.

Analisa-se também a relação da história e educação a partir dos espaços de museus. O intuito é apresentar o vínculo existente entre: educação e museus apresentando as contribuições culturais das mulheres, juntamente com ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, a partir dos bens culturais, salientando o protagonismo feminino negro e suas contribuições através de objetos museológicos. Sobre o uso de imagens, Boccato e Fujita (2006, p.85) salientam que a fotografia, é um “documento que transmite informação registrada em um suporte papel (fotografia analógica) ou eletrônico (fotografia digital), registra um momento, um instante do passado, do presente de nossas vidas, constituindo a construção da história, da cultura, da educação de uma sociedade.”

Boccato e Fujita (2006) ainda declaram que a fotografia é um documento que pode fazer parte do “acervo de um arquivo, de uma biblioteca, de um museu ou de um centro de documentação,” ou seja independentemente do local em que se encontram ela é fonte de informação com capacidade de armazenar, propagar e recuperar momentos históricos. Para as infâncias os símbolos são instrumentos utilizados para apresentar situações habituais, são utilizados para que por meio de imagens as crianças consigam associá-las ao que elas representam, ou seja, são as imagens que falam por si, que passam uma mensagem.

Entende-se que os símbolos são considerados conjuntos indispensáveis na construção da individualidade pessoal dos seres, pois é a partir da infância que se aprende o significado de imagens, objetos, locais e personalidades presentes na vida social. (BUOBOOKS, 2021)

Eles também são considerados artefatos culturais nacionais e sociais que constituem as culturas na infância, são instrumentos pelo qual o trajeto cultural manifesta-se, e portando podem ser utilizados como mais um meio de valorizar as memórias de grupos culturais. Ou seja, os símbolos na infância influenciam a imagem que a criança cria de si mesma. Quanto mais frequente a interação e contato com símbolos representativos dos diversos grupos sociais e culturais presente na sociedade, melhor será a formação de sua identidade pessoal, ao mesmo tempo que fortalece a importância da transmissão dos valores culturais.

Morigi; Laroque; Magalhães; Gomes; e Barden (2017) externam que os símbolos são documentos portadores que reascendem a memória cultural, social e nacional dos grupos, e que essa memória são heranças que trazem a representação e lembranças da origem de seus

antepassados “sobre modos de ser e de viver”, “trabalho, religiosidade, sociabilidades, culinária, contrastes entre o meio urbano e rural, infância e idade adulta, enfim, recortes mnemônicos que conferem sentido ao percurso da vida e significado às experiências”. (MORIGI; LAROQUE; MAGALHÃES; GOMES; BARDEN, 2017, p.195)

Desse modo, as imagens são consideradas documentos memoriais, pois mesmo com o passar dos anos elas estruturam o mundo dos indivíduos ao mesmo tempo que se fazem presente na sociedade cumprindo sua função memorial e cultural nos diversos grupos sociais, principalmente dos grupos étnicos.

As representações permanecem, realizando a mediação entre o modo de pensar dos grupos e as suas condições de existência. Elas circulam em toda a sociedade e figuram como imagens que um grupo ou classe tem de si ou as imagens que pretende dar aos outros, pois é a partir dessas interações que se amparam as construções imaginárias e a memória cultural das identidades étnicas. Assim, o cotidiano e as práticas culturais do grupo: imagens, símbolos, rituais, estilos de vida, modos de falar e de agir possibilitam a criação dos sentidos e a redefinição da história e a dinâmica das representações sociais que norteiam a vida em comunidade. (MORIGI; LAROQUE; MAGALHÃES; GOMES; BARDEN, 2017, p.198)

Como um condutor da função memorial, cultural e histórica da vida em sociedade, aponto o ambiente escolar, que deve ser um ambiente acolhedor das especificidades de cada indivíduo, reconhecendo, aceitando e respeitando as diversidades, um local que deve contribuir com vida em comunidade, além de incentivar a subjetividade, empatia e inclusão.

Analisar algumas imagens/fotos de objetos, estátuas mulheres negras que fizeram parte de diversos momentos da nossa história, com o intuito de analisar a memória contribui para que seja significativa a inclusão da Lei n. 10639/03 nas escolas, em que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira em todas as escolas nacionais da educação básica.

Dario; Canário e Sales (2019) destacam também que através destas Leis (10639-03, 11645-08) a cultura africana e afro-brasileira, enfim, tiveram seu espaço garantido em todas as unidades de ensino de educação básica brasileira, e que ela é um mecanismo transformador que reconhece e evidencia importância das relações étnico-raciais, dos indígenas, da mulher negra, o combate ao racismo e sexismo e suas contribuições sociais e culturais na construção da nossa sociedade.

Além disso, apresentar diferentes universos narrativos não só aguça a curiosidade e imaginação das crianças como também tem o poder de influenciar na formação da identidade, portanto os educadores precisam de meios que os ajudem a ensinar sobre essas personagens

mesmo em espaços que não possuem imagens, estatuas e representações das mulheres negras. (BUOBOOKS, 2021)

No tópico a seguir destacaremos as imagens de algumas mulheres negras apresentadas no capítulo 2, evidenciando o museu como lugar de memória coletiva, onde é possível conservar informações por meio de representações de mulheres negras através de imagens, pinturas, estátuas, símbolos, objetos e coleções que se encontram no Museu Afro Brasil.

3.1 As possibilidades didáticas a partir das representativas das mulheres negras

Neste item discutiremos as possibilidades didáticas possíveis sobre mulheres negras através de abordagens com objetos e imagens no contexto educacional, pois as imagens e objetos provocam diálogos daquilo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico Racial estabelecem “direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim, como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira”. (BRASIL, 2004, p.9)

E assim, Primo (2010) aprofunda que

Através da cultura material pode-se reconstruir o cotidiano destas mulheres e sua inserção na sociedade. Por meio das joias e adornos percebemos crenças e vislumbramos rituais ocultos, referências africanas sufocadas em meio a uma religião imposta, percebemos o gosto pelo luxo, pelas belezas, pela sedução, percebemos estratégias de ascensão social, entesouramento, sistema de créditos. Sufocadas e oprimidas por uma cultura que não era a delas, estas mulheres construíram uma nova identidade, formada a partir da solidariedade mútua, a união entre elas, do ensino e aprendizado. (PRIMO, 2010, p.53/54)

Aprofundar a análise sobre a educação de relações étnico-raciais positivas ⁷, o direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional destacados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico Racial e a contribuição das mulheres negras são parte das análises pontuadas nesse capítulo. Essas contribuições serão analisadas através das narrativas sobre as mulheres e dos objetos museológicos, como quadro, imagens, vestimentas, joias etc.

Percebe-se que os espaços museológicos podem possibilitar a reflexão sobre a presença e protagonismo da mulher negra na sociedade e, pensar a museologia a partir de uma

⁷Uma educação que apresente as contribuições positivas dos negros na história, que ofereça para a população negra o orgulho de sua origem africana, onde eles consigam identificar suas influências, contribuições, participação e contribuições culturais dos negros na história brasileira, gerando assim o fortalecimento das pessoas negras entre si, e consequentemente buscando desenvolver a consciência negra na população não negra.

perspectiva de gênero é um grande desafio, sendo importante lembrar que é errônea a equiparação de “gênero” com “mulheres”. Segundo Aida Rechena:

Na verdade, gênero refere-se à construção social da masculinidade e da feminilidade e engloba um complexo sistema de relações que ultrapassa em muito a relação homem/ mulher, entretanto em campos como os da identidade e cultura gay, transgênero, transexualidade, bissexualidade, androginia e o chamado “terceiro sexo”. Isso significa que nos estudos de gênero estão englobadas todas as formas sociais e culturais de ser <ser humano>, independentemente do sexo biológico ou da orientação sexual. (RECHENA, 2014, p. 154)

O Museu Afro Brasil é compreendido nessa pesquisa como um lugar de memória. Lugar que nos interessa pelos seus objetos da exposição permanente que apresenta as mulheres negras ao longo da história do Brasil. Sobre memória e lugares de memória, Michel Pollack (1989, p.09) argumenta que estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integram como vimos, em tentativas conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc.

Os lugares de memória apresentam um sentido mais amplo e múltiplo que o nome sugere. Pierre Nora (1993) define lugar de memória: são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (...) sendo aspectos que coexistem sempre. (NORA, 1993: 21-22)

Através da memória é possível conservar informações, costumes e tradições, permitindo que os indivíduos aprendam sobre seus antepassados, ela também é responsável de garantir o repasse e a transmissão de culturas e costumes por várias gerações. As representações de mulheres negras como imagens, pinturas, estátuas e coleções que se encontram no museu e podem ser utilizados como possibilidade didática na aprendizagem de crianças do ensino fundamental I.

Munanga (2005) salienta que professores e educadores não recebem o preparo apropriado nem possuem instrumentos de trabalho adequados no ambiente escolar para pautar

discussões relacionadas com a diversidade e conscientizar os educandos sobre a magnitude e a riqueza que a cultura negra traz para identidade nacional.

De acordo com este mesmo autor, a diversidade não é um fator que indica superioridade e inferioridade entre a humanidade. Ela, na verdade, enriquece e complementa a humanidade em geral, além de ser um suporte para o aluno que se sinta discriminado assumir orgulhosamente suas características.

No que diz respeito às imagens que representam mulheres negras selecionamos algumas imagens do acervo do Museu Afro Brasil, ao qual possuem possibilidades didáticas de ensino no ensino fundamental I, trazendo também as mulheres na trajetória brasileira (apresentadas no capítulo 02) dialogando sobre como podem ser associadas as potencialidades de diálogo, aprendizagem a partir das mulheres negras.

Quadro 1 - Mulheres negras e suas vestimentas no período colonial.



Luíza Mahin

Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil



Imagem de mulher no Museu afro Brasil-SP

Analisando

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

As mulheres acima estão representadas em vestimentas. A 1ª imagem é de Luiza Mahin, que teve importante participação nas principais revoltas negras de Salvador, dentre elas a revolta dos malês. Era de origem africana, radicada no Brasil, Quitandeira que se dizia princesa africana, embora muitos estudiosos a deem como nascida em Salvador. Como trabalhava nas ruas, conhecia muito bem vielas, ruas, a lógica e o funcionamento da capital baiana, o que facilitava sua atuação na articulação das revoltas, com troca de bilhetes e de crianças que a ajudavam nesta missa, utilizando pretexto de compra de iguarias da quitandeira. Seus líderes foram perseguidos

e castigados com severidade, mas Luíza conseguiu fugir para o Rio de Janeiro, onde foi presa e, possivelmente, deportada para a África. (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p.146).

A 2ª imagem é de uma mulher negra que vivia no período colonial, que está representada num quadro no Museu Afro Brasil SP. A mulher negra usa turbante, adornos nas mãos e braços. Usa vestido com um manto sobre os ombros.

Uso didático nas aulas/escolas: Ensinar sobre as vestimentas das mulheres negras fazendo uma relação entre o passado e o presente (demonstrando tipos de vestimentas antigas e atuais), em seguida compará-las com as vestimentas das mulheres negras atuais.

Pode-se iniciar apresentando as imagens e pedindo que façam uma análise das mesmas, deixando com que as crianças observem e relatem aquilo que estão vendo, perguntando quais itens eles distinguiram que compõe o vestuário de cada uma. Indagar aos estudantes se essas imagens são atuais, se todas as mulheres se vestiam assim, e porque acham que elas usavam estas vestimentas.

Em seguida explicar quem eram essas mulheres: mulheres negras do período colonial, escravizadas ou ex escravizadas, falar quem foi Luiza Mahin, sua profissão, e seus feitos, em seguida relatar sobre as vestimentas das mulheres apresentadas.

Comparação com as vestimentas atuais: explicar que existem mulheres negras que se vestem nos que chamam de ‘trajes de beca’, o qual deriva da roupa de crioula, que eles são não exatamente iguais, mas parecidos. Quem as usam, são as mulheres negras conhecidas como Irmãs da Boa Morte, mas só as usam em determinados dias e momentos nas cerimônias festivas e culto de Nossa Senhora da Boa Morte, e em cerimônias do Candomblé. (MIRANDA e FERREIRA, 2005)

Na aula sobre as mulheres no Brasil Colonial - explicar o contexto em que viviam as mulheres, exemplo Luiza Mahin.

Materiais: Pode-se utilizar: mapa da região da Bahia, exemplo das ações que Luiza Mahin, filmes, fotos, entre outros.

Uso de turbante: Explicar quem utilizava o turbante, o que significava? O que significa?

Turbante (traje típico da África), que ele simbolizava a resistência e reafirmação da identidade e cultura africana. Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Montar um figurino parecido com as vestimentas apresentadas nas imagens para demonstração em sala de aula;
- Representar em desenho as imagens apresentadas, e formação de painel para exposição dos desenhos obtidos;
- Caça palavras, atividade de ligar, ou escrita dos nomes das vestimentas, mulheres citadas, dentre outras palavras relacionadas;
- Visita ao museu afro Brasil online, para conhecer outras imagens de mulheres negras

Essa proposta enquadra-se no que preconiza o Art. 26-A. § 1º da lei 10639/03, afirma que o conteúdo programático sobre a História da África e dos Africanos, deve destacar a luta dos negros no Brasil e o resgate deste povo nas “áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 2 - Mulheres negras e uso de joias.



Chica da Silva



Exposição Balangandãs – Museu Afro Brasil-SP



Exposição Balangandãs – Museu Afro Brasil-SP

Analisando

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

Na primeira temos Chica da Silva, que viveu em Arraial do Milho Verde no estado de Minas Gerais, no século XVIII, era mulher negra alforriada, possuía vários bens e escravos que em meio a uma sociedade escravocrata, convivia com a elite branca, e conseguiu respeito e distinção social na sociedade. (SILVA, s.d); (FRASÃO, 2019). Ela está vestida com um vestido longo, rodado e bem volumoso de cetim (rico e pomposo), de luvas e com vários acessórios e adornos (pulso, pescoço e cabeça), que são chamadas de joias crioulas.

As 3ª e 4ª apresentam a exposição ‘Balangandãs’, no museu Afro Brasil-SP, com vários tipos de joias e adornos. No período colonial, o uso dos ‘Balangandãs”, era uma forma de exposição de seu status social ou riqueza, possuir essas joias para essas mulheres negras também representava a prosperidade de seu trabalho, seu número elevado de clientes e, portanto, que comercializava produtos de qualidade.

Uso didático nas aulas/escolas: Apresentar as imagens: problematização: o que são joias ou balangandãs?

Distribuir diferentes imagens sobre tipos de joias (passado-presente), explicar sobre os usos desses adornos. Explicando a historicidade sobre o que representava socialmente e culturalmente as pessoas que utilizavam. Ressaltar que eles fazem parte das primeiras manifestações artísticas religiosa afrodescendentes, estão ligados a

crenças e costumes de seu local originário, e era considerado uma de resistência, pois seu uso servia também para manter viva a memória do local ao qual vieram.

As joias crioulas/Balangandã são peças confeccionadas nos séculos XVIII e XIX, coleção de peças compostos por: colares, braceletes, pulseiras, brincos, anéis, usados pelas mulheres africanas, mulatas ou crioulas no Brasil, sob a condição de escravizadas, alforriadas ou libertas, um dos primeiros artigos da joalheria afro-brasileira.

(Conceito embasado segundo estudos do antropólogo Raul Lody).

Explicar que há em espaços culturais como museus: adornos são objetos museológicos, apresentados como um tipo particular de joias.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Desenho e pintura de imagens e desenhos de balangandãs;
- Reprodução de tipo de joias e balangandãs;
- Exposição das joias e balangandãs reproduzidos;
- Pesquisa sobre quem utiliza esses adornos no Museu Afro Brasil (visita online);

De acordo com a lei 10639 que estabelece a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", por meio dessas joias é possível preservar a cultura afro, demonstrar a autoestima dessas mulheres negras; salientar suas lutas e conquistas por liberdade; além da possibilidade de retomar as raízes étnicas presente em diversos segmentos da sociedade. Elas são uma maneira de representar a nossa identidade cultural.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 3 - Mulheres negras que atuaram na educação.



Maria Firmina dos Reis



Antonieta de Barros



Maria Dimpina Lobo Duarte



Raimunda Luzia de Brito



Mulher e criança- Museu Afro Brasil-SP

Analisando

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

Nas imagens temos a representação de mulheres negras que atuaram na educação durante o trajeto educacional da população negra.

-*Maria Firmina dos Reis, (Atuação 1847-1917) - professora pública do ensino primário oficial na cidade de Guimarães MA.*

-*Luciana de Abreu, (Atuação 1869-1880) – ao concluir o magistério atuou como professora primária em Porto Alegre – RS. Anos mais tarde abriu uma escola particular.*

-*Maria Dimpina Lobo Duarte, (Atuação 1909-1966) - fundou o Colégio São Luís no estado do Mato Grosso Cuiabá-MT. Formou-se em Ciências e Letras. Dedicou-se ao magistério.*

-Antonieta de Barros, **(Atuação 1922-1952)** - *após a conclusão do Magistério criou seu curso de alfabetização, chamado “Antonieta de Barros” seu público-alvo era a população carente, além de lecionar em diversos colégios de Florianópolis-SC.*

-Raimunda Luzia de Brito, **(Atuação 1982)** - *doutora em ciências da educação, atuou como professora por 29 anos na Universidade Dom Bosco em Aquidauana-MS.*

Essas mulheres são consideradas pioneiras na introdução e atuação de mulheres em diferentes espaços e instituições de ensino brasileiro.

Na imagem 15 temos imagem de uma criança negra e uma mulher com uma palmatória, que está representada em um quadro no Museu Afro Brasil SP.

Usos didáticos aulas/escolas:

Pode-se explicar sobre a trajetória de acesso da população negra na educação, em seguida faz a ressalva que inicialmente este acesso ainda era destinado apenas aos homens (negros), que para as mulheres negras esse processo ainda foi mais difícil e demorado, então apresentar as imagens das mulheres, relatando que em meio a muitas adversidades elas conseguiram estudar, se formar e atuar na área educacional, apresentar o período de atuação e onde atuaram, ressaltando algumas das barreiras enfrentadas por elas para conseguirem chegar onde chegaram.

Explicar as diferenças que essas mulheres fizeram na educação, salientando que a partir dessas mulheres negras, outras mulheres/meninas negras puderam visualizar o espaço escolar como uma oportunidade de trabalho. E que inserção de professoras negras na educação formal representou também o processo de resistência negra, pois apresentou o rompimento das imagens racistas trazidas pela sociedade, saíram dos “lugares historicamente determinados” para as mulheres negras (servidoras gerais, doméstica, lavadeira, passadeira) para uma posição social considerada elevada e é um instrumento importante para a sociedade: o saber formal. A representatividade das professoras negras nas escolas contribui e influencia a construção identitária das crianças, pois mesmo que de forma indireta, elas trazem consigo a “possibilidades para a reflexão-ação acerca da igualdade racial” e “um fortalecimento coletivo” que contribui para a autonomia das crianças negras, que a partir de seus ensinamentos se enxergam em seus lugares. (FREITAS, 2015, p.51-138)

As mulheres representadas na primeira parte do quadro, buscavam era a liberdade e acima de tudo a superação do racismo e sexismo sofridos por elas e por todas as meninas e mulheres negras.

Já a imagem da criança e mulher evidencia como era a educação de crianças negras, o que pode contribuir para analisar as formas de repreensão na educação, assim como as mudanças na forma de educar. E que apresentar essa imagem pode contribuir para que se apresentem ainda imagens complexas sobre as crianças e mulheres negras. Isso porque a palmatória era um instrumento de couro ou madeira utilizado para castigar pessoas através de golpes na palma da mão. Muito utilizada no castigo de escravos, muitas vezes era proferida repetidas vezes e tão violentamente que causava bolhas e até mesmo deformações nas mãos. (MOURA, 2004, p.31)

Era também um castigo físico comum aplicado punir, doutrinar e disciplinar alunos nas escolas. Na educação de crianças negras não foi diferente. (ARAGÃO e FREITAS, 2012)

Relacionar as imagens das mulheres atuantes na educação com a representação da Palmatória que está representado no quadro no Museu Afro Brasil SP, que essas mulheres negras lutavam pela liberdade de ensino aprendizagem e direitos a todos os cidadãos, e com isso a possibilidade do fim da violência contra negros no contexto escolar.

Pode-se explicar sobre a educação antirracista utilizando as imagens para apontar o ambiente escolar com um espaço estratégico de luta pela diversidade e igualdade de direitos, através das vitórias negras femininas e do fim dos castigos corporais escolares como a palmatória.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Pesquisa ou apresentação da trajetória escolar com as imagens das mulheres negras destacadas e sobre a palmatória e castigos corporais que aconteciam no contexto escolar.
- Confecção de um mural com o resultado das pesquisas realizadas, para que toda comunidade tenha acesso;
- Debate e discussão aberta sobre a imagem 18, ouvindo opiniões sobre o que as crianças pensam que está acontecendo, e por quê;
- Envolver a família para que auxiliem as crianças a responder tais questionamentos.
- E principalmente, o que mudou no contexto educacional após essas mulheres negras conseguirem ingressar nele?

Esses debates são necessários para que as crianças negras tenham referências (destaques de mulheres negras e suas lutas e vitórias no contexto educacional), e se sintam inseridos como parte do processo educacional, e que assim seja possível enfrentar o racismo estrutural e a exclusão escolar sofrida por crianças negras em seu trajeto educacional.

Vindo ao encontro com a lei 10639/03, que ressalta a importância do conteúdo programático no estudo da História da África e dos Africanos, juntamente com a apresentação da luta dos negros no Brasil e sua participação na formação da sociedade nacional.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 4 - Mulheres negras que lutavam contra a escravização.

 Tereza de Benguela	 Mariana Crioula
--	---



Réplica de navio negreiro/Museu Afro Brasil-SP

Fonte: Arquivo pessoal.

Analisando:

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

Nas imagens de Tereza e Mariana temos a representação de mulheres negras que lutavam contra a escravização, no período colonial entre 1750 a 1838, no Brasil em Mato Grosso e no Rio de Janeiro.

Tereza de Benguela. (Atuação 1750-1770)- . Líder e rainha do maior quilombo do Mato Grosso o Quilombo do Piolho ou Quilombo de Quaritêrere. Símbolo de luta e resistência a escravidão, foi personagem importantíssima no contexto de luta e resistência negra do Vale do Guaporé – MT. O 25 de julho (data de sua morte), foi instituído como o Dia Nacional de Teresa de Benguela e da Mulher Negra.

Mariana Crioula (Atuação 1838)- Líder da maior insurreição de escravos do Rio de Janeiro ao lado do escravo Manuel Congo em 1838, a qual considerada uma das maiores fugas da região fluminense no Pati do Alferes – RJ.

Usos didáticos aulas/escolas:

Pode-se iniciar apresentando as imagens primeiramente das mulheres pedindo que observem com atenção, em seguida relatar um pouco da história e seu trajeto na luta contra escravização. Salientar que eram mulheres referência da participação feminina negra na luta contra escravização e do protagonismo feminino negro.

A partir da imagem da representa o navio, que está no Museu Afro Brasil SP, como um elemento da memória dos grupos afros. Salientando que se trata de uma réplica, abrindo para debates e perguntas sobre o que as crianças pensam ser um navio negreiro e para que ele era utilizado, seguidamente levantando a problematização sobre a escravidão. Explicar que o termo navio negreiro era o nome pelo qual ficou conhecido o navio que transportavam os negros destinados ao trabalho escravo.

Suscitar questionamentos de por que apresentar essas imagens juntas? Ressaltado que essas mulheres foram retiradas de seu local de origem, transportadas e trazidas a força para o Brasil para serem escravas através do tráfico de escravos. Pontuando a luta antirracismo, e as contribuições, lutas pela liberdade, igualdade e a busca de emancipação ao qual elas estiveram envolvidas.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Releitura das imagens através de desenhos;

- Atividades de cruzadinhas, caça palavras, utilização do dicionário;
- Recorte e colagem de imagens que se parecem com a réplica do navio negreiro;
- Pesquisas supervisionada sobre a vida das mulheres apresentadas nas imagens;

Trabalhar com os conceitos: liberdade, igualdade, mulheres negras e emancipação na escravização, leva as crianças a entender os obstáculos enfrentados pelas mulheres negras no Brasil, e que mesmo após essas lutas, tiveram força e coragem e foram protagonistas no combate contra a escravidão em um tempo em que as mulheres mal tinham espaço e pouco menos voz.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 5 - Mulheres negras e lugares de memória.



Mapa da África – Museu Afro Brasil/SP



Imagem: Denominações étnicas Jean Baptiste Debret

Fonte: IBGE, denominações étnicas, 2022

Analizando

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

Na imagem do mapa da África, evidenciando diferentes lugares de onde vieram os escravizados para o Brasil (Angola teve maior envio de homens, mulheres e crianças, no século XVII eram oriundos da região do Golfo do Benin (atual Nigéria), no século XVIII vinham da costa leste africana (oceano Índico), particularmente Moçambique. O mapa encontra-se na sala de exposição permanente do Museu Afro Brasil SP.

Imagem Denominações étnicas (IBGE/2022)

As denominações étnicas, representadas na imagem constam dos documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). O documento apresenta os grupos étnicos que vieram para o Brasil: os nagôs, jejes, haussás e outros grupos eram identificados como minas no Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Usos didáticos aulas/escolas:

Pode-se iniciar fazendo a apresentação e análise da imagem, abrindo espaço para que as crianças relatem e expressem suas opiniões e dúvidas, seguidamente explicando se tratar do mapa da África.

Trazer lista de grupos afros (exemplo os bantos, jejes, nagôs), que vieram para o Brasil, aproveitando para localizar e mostrar no mapa da África os lugares de onde vieram.

Explicar quem são esses grupos afros:

Bantos: Conjunto de povos que habitavam a África Central nas regiões que hoje compreendem Angola, Congo, Gabão e Cabinda. (DAIBERT,2015)

Jejes: Conjunto de povos que habitavam a África em uma região do continente conhecida como Daomé (Togo, Gana, Benim), hoje a atual Benin. (WIKIPEDIA, 2023)

Nagôs: são conhecidos também como iorubás, habitavam o Reino de Queto (atual Benim) e o Império de Oiô, na África Ocidental. (WIKIPEDIA, 2023)

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Demonstração e localização da África no Globo terrestre e/ou mapa Mundi;
- Visita online ao museu Afro Brasil SP, para visitar o espaço onde está o mapa, em seguida explanar sobre a África;
- Pesquisa supervisionada e discussão sobre os lugares da África, e a migração das mulheres negras para o Brasil;
- Localização desses lugares no mapa;
- Montagem de quebra-cabeça com o mapa;
- Recorte e colagem dos lugares encontrados no mapa;

Fonte: elaboração própria.

Quadro 6 - Mulheres negras em Mato Grosso do Sul: passado e presente.



Eva Maria de Jesus

Veio para Campos de Vacaria (Campo Grande) em 1905 com uma ferida feia na perna (oriunda de uma queimadura de banha), devido a sua devoção a São Benedito pediu a São Benedito, caso ele a curasse, ao chegar no Mato Grosso, construiria uma capela em homenagem ao santo em seu local de moradia, juntamente com um local para “criar só as pessoas da cor dela”, onde eles iam viver independente, ter sua casa, que não seriam mais ser escravos, iam possuir um lugar para passar o resto de suas vidas. Logo que os negros se instalaram, a ferida da perna de tia Eva sumiu, e assim com sua ferida curada, em 1910 Tia Eva pagou sua promessa iniciando a construção da capela em agradecimento ao santo, fundando assim a comunidade negra rural em Campo Grande/MS. E assim em 1919 a estrutura da igreja foi substituída por alvenaria de tijolo maciço revestido de argamassa e com a finalização da edificação dia 13 de maio tia Eva organizou a primeira festa de São Benedito. Foi enterrada dentro da pequena igreja, a mais antiga da cidade. “Deixou 2 mil descendentes espalhados pelas comunidades negras do Estado.” (SCHUMAHER; BRAZIL, 2007, p. 182) e (SANTOS, 2012.p.159).



Lenilde Ramos. 1968. Campo Grande – MS

Fonte: Academia Sul-Mato-Grossense de Letras

Mulher de muitos talentos (musicais, poéticos, interpretativos etc.).

Em 1968 compôs sua primeira música: “O amor vence a cor” (que abordava as revoltas negras ocorridas nos Estados Unidos após o assassinato de Martin Luther King) com a qual participou do Festival de 1969 e saiu vencedora.

Em 1970, ingressou na Faculdade de Letras da FUCMAT (Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso) o que fortaleceu sua ligação com o cenário cultural estadual. Foi nomeada professora da Rede Estadual de Ensino do Hospital São Julião, onde ganhou o prêmio Viagem à Itália decorrentes de seus 15 anos de trabalho, assumiu a função de secretária da Diretora Executiva do Hospital, Irmã Silvia Vecellio. Em 1979, quando nomeada a primeira técnica musical no novo Estado, articulou projetos para divulgar a música popular, regional e erudita. Em 2011 lançou seu primeiro livro: “História sem nome- Lembranças de uma menina quase gêmea” (CORREIO DO ESTADO 2019); (NEDER, 2017, p.102).

Analisando:

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

Na imagem temos Eva Maria de Jesus e Lenilde Ramos. Essas mulheres foram líderes históricas em MS, em diferentes períodos históricos.

Uso didático nas aulas/escolas:

Através da imagem 20, realizar uma análise sobre as mulheres apresentadas, explanando sobre as mulheres negras destacadas, sua trajetória pessoal e profissional, destacando sua atuação em diversas áreas, e explanar brevemente um pouco sobre cada uma delas.

Através das imagens podemos ensinar sobre o caminho percorrido pelas mulheres (neste caso as mulheres negras) em suas profissões e os obstáculos encontrados para a realização de seus afazeres devido aos objetos apresentados.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Pesquisa supervisionada sobre os tipos de objetos de trabalhos utilizados pelas mulheres negras em seus afazeres em Mato Grosso do Sul.
- Pesquisa supervisionada dos tipos de profissão mais comuns entre mulheres negras no início da colonização/ocupação do MS até os dias atuais, construindo um quadro de profissões e ocupações femininas negras.
- Apresentação das imagens e profissões encontradas na pesquisa, em forma de mural ou trabalhos orais para os alunos e a comunidade escolar em geral;

Fonte: elaboração própria.

Quadro 7 - Jovens mulheres negras.



Auta de Sousa



Jovem menina negra

Analisando

Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem.

Na imagem temos uma jovem mulher negra chamada Auta de Sousa, de Macaíba no Rio Grande do Norte, que desde muito nova se destacou como a primeira aluna da turma. Ficou órfã de pai e mãe ainda criança, começou a escrever aos 16 anos e tornou-se poetisa. Escreveu poesias que foram publicadas em jornais e revistas da região e em diversos livros, vencendo assim a resistência de círculos literários masculinos e escrevia profissionalmente em uma sociedade em que este ofício era quase que exclusividade dos homens.

Na outra imagem temos uma menina negra que está representada em um quadro no Museu Afro Brasil SP. A menina encontra-se sentada em uma cadeira, utilizando vestido rodado e chapéu na cabeça.

Uso didático nas aulas/escolas:

Iniciar propondo a análise das imagens, em seguida expor fatos sobre a jovem mulher negra apresentada na imagem da menina negra.

Seguidamente (após a análise) questionar as crianças sobre a imagem 25, sobre o modo que a menina se encontra sentada, que tipo de roupa ela está usando, porque a menina negra do quadro está usando esta roupa, e se este tipo de se vestir se enquadra atualmente.

Explicar que geralmente quando iam posar para retratos, as pessoas costumavam usar seus melhores trajes. E isso servia tanto para a nobreza, como também os menos afortunados. Ou fato interessante é que as meninas (negras ou brancas) era fotografadas em ambientes dentro de casa, enquanto os meninos em sua maioria, eram fotografados na rua, calçadas, no campo, o que nos remete a imagem socialmente construída do lugar da mulher. A maneira de se sentar da menina na representa uma pose estudada, com uma postura severa e gestos contidos.

A essas poses chamavam de civilidade infantil, símbolo de autocontrole, uma boa educação, e modos e maneiras refinadas, acompanhando o modelo em que os adultos eram retratados. (ABRAMOWICZ; SILVEIRA; JOVINO e SIMIÃO, 2011)

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Pesquisa dirigida de outras jovens mulheres negras que se destacaram socialmente no Brasil;
- Confecção de cartaz com as imagens e informações das mulheres negras encontradas na pesquisa;
- Pesquisa dirigida de imagens, quadros, e fotografias com registro de meninas negras durante e após a escravidão;
- Releitura do quadro da imagem, por meio de desenho livre;
- Apresentação e divulgação das releituras para os colegas de sala;
- Propor o dia da fotografia com as crianças da sala, envolvendo a participação da família, pedindo que auxiliem as crianças a vestirem sua melhor roupa, como a menina apresentada na imagem.

Fonte: elaboração própria.

Quadro 8 - Mulheres escritoras, atrizes, poetisas.

 Almerinda Farias Gama	 Lenilde Ramos
 Maria de Lurdes Vale do Nascimento	 Danielle Ferreira
 Ruth de Souza	 Atriz Ruth de Souza
Analisando Essa atividade pode ser problematizada com as turmas do ensino fundamental I, desde que seja adequado as atividades de acordo com cada nível de ensino aprendizagem. Nas imagens temos algumas mulheres negras brasileiras escritoras, atrizes, poetisas. Almerinda Farias Gama: Foi a primeira presidente do Sindicato dos Datilógrafas e Taquígrafas.	

Maria de Lurdes Vale do Nascimento: A primeira colunista negra do Rio de Janeiro e uma das primeiras do Brasil. Foi coordenadora do departamento feminino e gerenciou o jornal *Quilombo*, onde possuía sua própria coluna: *Fala a Mulher*.

Ruth de Souza: Primeira atriz negra a atuar no Teatro Municipal e a primeira atriz brasileira indicada a um prêmio internacional de cinema. Considerada a primeira grande referência para artistas negros na televisão, foi a primeira atriz negra a protagonizar uma telenovela na Rede Globo, e a segunda na televisão brasileira. Atuou em mais de 30 novelas durante 50 anos de trabalho na rede Globo

Lenilde Ramos: Em 2011 lançou seu primeiro livro: “*História sem nome- Lembranças de uma menina quase gêmea*”.

Danielle Ferreira: Escritora infantojuvenil de questões sobre diversidade, autora do livro “*O Reino Perdido de Odara*”, considerado “uma carta de amor às crianças negras, que fala sobre a beleza da negritude”.

Na imagem 32, temos a representação da atriz Ruth de Souza que está exposta no Museu Afro Brasil SP.

Uso didático nas aulas/escolas:

A partir das imagens apresentadas acima, é possível problematizar a visibilidade feminina negra e trazer outras artistas negras que se destacam na mídia brasileira, como: Taís Araújo e Zezé Motta como atrizes, outras escritoras como: Conceição Evaristo, e Ryane Leão, cantoras: Elza Soares, Iza e Alcione. Fazendo correlações sobre as mulheres negras e a arte.

Pode trazer cenas em que elas fizeram atuação, leitura de trechos de obras escritas pelas autoras citadas e trechos de músicas das cantoras negras. E assim mostrar a importância da representatividade das mulheres em diferentes espaços, além de contribuir para o ensino sobre as mulheres negras, suas superações de racismo e sexismo e suas contribuições culturais para a população brasileira.

Dentre as atividades que podem ser desenvolvidas:

- Apresentar as mulheres afro-brasileiras destacadas salientando sua área de atuação;
- Pesquisa dirigida de mulheres negras atuais que trabalham como escritoras, atrizes, poetisas.
- Fazer um varal na sala de aula descrevendo o que é ser: escritora, atrizes e poetisa.
- Realizar a leitura diária de trabalhos, livros, ou poemas escritos pelas escritoras apresentadas;
- Fazer a releitura de poemas, baseado em poemas das poetisas citadas;
- Realizar a semana da literatura infantil e juvenil afro, trazendo leituras escritas por mulheres negras e livros com protagonistas negras.
- Salientar a importância das atrizes negras para a formação cultural brasileira, para a visibilidade feminina negra e na luta contra o racismo;
- Pesquisa (direcionada) de atrizes negras brasileiras que tiveram espaço na televisão e no teatro após o sucesso de Ruth de Souza;
- Montagem de painel com imagens de atrizes negras;

Ensinar sobre essas mulheres negras, deixa claro que mesmo perante a história de silenciamento e invisibilidade, estas mulheres lutaram contra os preconceitos, e pautaram seus caminhos no campo da visibilidade em palcos, televisões, páginas de jornais, revistas e nas prateleiras de livrarias.

Fonte: elaboração própria.

As análises propostas nos esquemas didáticos, envolvem a representatividade das mulheres negras, em diferentes espaços educativos, assim como o museu, contribuem para

ensinar a história e a representatividade das mulheres negras e suas lutas pela visibilidade nas contribuições da história do Brasil.

Como aborda a Lei n. 10639/03, as imagens são importantes para que as crianças tenham oportunidade de conhecer os vários aspectos da história e da cultura étnico racial que caracterizam a formação da população brasileira, buscando por meio de análise das mesmas o resgate cultural e as suas contribuições para história brasileira.

Ainda segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Étnico Racial, a imagem traz a oportunidade de reconhecimento, valorização, divulgação e respeito da resistência negra, e para que ocorra este reconhecimento é necessário que haja o respeito das pessoas negras e a valorização de sua descendência cultural e histórica.

As imagens ressaltam a ascensão social de uma parcela pequena de mulheres negras que foram expoentes no período colonial, diferentemente da maioria das mulheres negras deste período, por meio das imagens, objetos e símbolos apresentados, é possível iniciar a desmitificação da imagem da mulher negra doméstica e escrava ao qual muito livros didáticos ainda apresentam quando o tema escravização é trabalhado na escola.

Ao analisar as imagens de diferentes espaços culturais, a pesquisa contribui com a oportunidade dos olhares infantis de conhecer uma nova trajetória histórica de mulheres negras que lutaram por sua liberdade e em meio a uma sociedade racista e sexista se sobressaíram e conquistaram lugares de destaque sociais.

Ao apresentar uma pintura⁸, foto⁹, imagem¹⁰ que não fazem parte do cotidiano de uma criança, pois geralmente não estão retratadas nos materiais didáticos, dá-se início a oportunidade de apresentar as potencialidades das mulheres negras salientando sua representatividade e importância na história nacional, através de várias possibilidades didáticas.

Morigi; Laroque; Magalhães; Gomes; e Barden (2017), afirmam que os símbolos são heranças memoriais que reascendem a memória social, cultural, e nacional das comunidades, que eles guardam lembranças do modo de viver e ser de seus antepassados.

A intenção é não ser algo atípico, mas sim colocar as ações femininas negras ao longo das atividades e não num dia somente, pode ser realizado a semana das mulheres negras protagonistas brasileiras, apresentando criações das crianças como releituras de imagens, apresentação de objetos utilizados por elas por meio de desenhos feitos pelos alunos etc. Outra

⁸ É a técnica de empregar pigmento a uma superfície, para colori-la, dando-lhe matizes, tons e texturas.

⁹ Processo e a arte que permite registrar e reproduzir, através de reações químicas e em superfícies preparadas para o efeito, as imagens que se tiram no fundo de uma câmara escura.

¹⁰ Representação visual de algo ou alguém, ou seja, uma figura ou ilustração que se assemelha a algo, que reflete a aparência de algo, seja real ou imaginário, concreto ou abstrato.

ideia é realizar a semana da literatura infantil e juvenil afro, trazendo leituras escritas por mulheres negras e livros com protagonistas negras.

A Lei nº 2.987/2014 instituiu no Brasil o dia 25 de julho como o Dia Nacional da Mulher Negra e Tereza de Benguela. Esta data é uma das diversas possibilidades presentes no ano escolar para relembrar as mulheres negras que contribuíram em busca de liberdade e na história afro-brasileira, podendo ser confeccionado um painel/ mural nos corredores da escola (visando atingir o maior público possível) abrangendo a histórias de importantes heroínas negras brasileiras. (DÁRIO; CANÁRIO & SALES, 2019).

O ambiente escolar tem papel fundamental na construção da identidade negra na infância, segundo Gomes (2003), o espaço escolar escola pode ser considerado, como um dos ambientes que influencia na concepção da identidade negra. E que “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las.” (GOMES, 2003, p. 171-172)

Na escola, através de além das possibilidades didáticas aqui apresentadas, há outras possibilidades lúdicas que podem ser acrescentadas, como por exemplo: confecção colares de mulheres africanas utilizando missangas coloridas, papéis coloridos e até mesmo com macarrões (coloridos com corante), confecção de máscaras africanas, com diferentes materiais didáticos (papelão, cola, pincel, tinta, lápis de cor, tesoura...), confecção de instrumentos musicais de origem africana, degustação de comidas de origem africanas, atividades que podem contribuir na aprendizagem sobre as mulheres negras e ampliar sentimento de pertencimento das crianças negras.

Há várias possibilidades didáticas neste capítulo, em que as representações das mulheres negras podem ter seus valores culturais e sociais reforçados e evidenciados no contexto escolar, e por meio do estudo sobre a identidade negra assegurados pela Lei n. 10639/03, espera-se que as crianças negras vejam seus valores respeitados e se reconheçam como protagonistas na história de seus antepassados, pois a escola é o meio pelo qual os indivíduos podem se tornar pessoas críticas e reflexivas.

Sendo assim, é de suma importância que à cultura africana e afro-brasileira seja debatida e explorada por metodologias orais, visuais, práticas e lúdicas no ensino fundamental I, pois o espaço escolar se faz presente em todas as fases de crescimento dos indivíduos, e portanto é responsável pela complementação dos conceitos identitários das crianças e pela sua formação pessoal e cultural.

Essas análises contribuem para destacar que, apesar de sua invisibilidade histórica, as mulheres negras se destacam em diferentes áreas de atuação na sociedade brasileira. Seja como revolucionárias contra a escravidão, profissionais da área de educação, escritoras renomadas, poetisas, jornalistas, atrizes e em outras áreas, elas trazem consigo exemplos de luta e vitória na adversidade. Conseguiram ocupar espaços considerados de prestígio, refletindo assim suas conquistas.

Neste capítulo, abordamos as possibilidades didáticas do uso de imagens das mulheres apresentadas no capítulo 2, juntamente com símbolos e objetos do Museu Afro Brasil. Discutimos as contribuições históricas, sociais e culturais das mulheres negras mencionadas anteriormente, juntamente com as possibilidades didáticas nas escolas utilizando itens museológicos.

Através dessas análises, evidenciamos a participação e o protagonismo feminino negro em diferentes segmentos da sociedade e sua presença na história brasileira, mesmo que muitas vezes tenham sido invisibilizadas perante a historiografia oficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar essa pesquisa, foi possível verificar que através das legislações ocorreram a ampliação das discussões étnicas e raciais. As quais não só impactaram a sociedade em geral, como também o contexto escolar, trazendo grandes vitórias para o ensino das relações étnicas e raciais, além do reconhecimento da grande contribuição e importância das diversidades culturais.

Por meio desta pesquisa pode-se concluir que ainda há poucas pesquisas acadêmicas que falam sobre mulheres negras que se destacaram - positiva ou negativamente - na sociedade brasileira e sul-mato-grossense, em diferentes momentos da história.

Foi possível salientar as contribuições culturais, sociais e educativas de mulheres negras da sociedade brasileira no contexto educacional, cultural, comercial ou em posições de liderança à frente do movimento negro.

Discutiu-se sobre a desconstrução da visão sexista que representa as mulheres negras como inferiores, e a reivindicação pela transformação das imagens das mulheres negras através de sua contribuição valorização e exponência em vários setores sociais.

Analizou-se também a importância da educação escolar que é considerada como parte da cultura e um meio para difundir saberes e desmistificar a democracia racial e a importância da memória, que é por meio dela que as histórias das mulheres negras resistem a passagem temporal, combatendo assim, o esquecimento e a invisibilidade da presença e a existência social.

Destacou-se que as questões sobre a cultura africana e afro-brasileira, com o ensino sobre as mulheres negras, expõe a necessidade e contribuições para uma educação direcionada à valorização da diversidade étnico-racial e da presença da mulher negra em diferentes cenários da história brasileira.

Foi possível constatar que a representação das mulheres negras começou a ser reconhecida com mais vigor após políticas de ações e de ascensões ocorridas na sociedade brasileira, e que na história cultural e educacional, o cenário racista precisa ser combatido.

E que o combate ao racismo se inicia na escola, pois ela se faz presente em diversos segmentos sociais, e é responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da disseminação de uma cultura antirracista através de uma educação antirracista. Assim, considerada fundamental para a construção de uma sociedade promotora da igualdade racial e de gênero.

No ambiente escolar é possível se trabalhar com memórias e que, por meio delas, as identidades negras podem ser a base para aprofundamento sobre a história e culturas afro-brasileiras além de trazer à tona a trajetória da luta antirracista enfrentada pela população negra. Isso porque as identidades são construídas constantemente ao longo do tempo.

As memórias das mulheres negras presentes em diversos segmentos da sociedade têm o intuito de propiciar a visibilidade histórica de mulheres negras na história do Brasil, a perpetuação de suas histórias e contribuições culturais brasileiras, além de trazer à tona a trajetória da luta antirracista enfrentada pela população negra.

A partir desta pesquisa também foi possível ampliar os espaços de diálogo a respeito das representações femininas negras brasileiras e sul-mato-grossenses, que se destacaram positivamente na área da cultura africana e afro-brasileira e principalmente no campo educacional. Buscou-se também apresentar possibilidades didáticas de ensino com os museus e sua utilização no ensino aprendizagem do Ensino Fundamental I.

Por meio das imagens delas foi possível investigar como algumas mulheres negras que se destacaram na história do Brasil e em Mato Grosso do Sul, de que forma são representadas nos espaços não formais de ensino. Além suas contribuições em diferentes setores da sociedade e as possibilidades didáticas para trabalhar com as infâncias a partir de símbolos, imagens, entre outros, os quais evidenciam a representatividade feminina negra brasileira. E salientam a reivindicação dos direitos negados às mulheres negras devido ao silenciamento destinados a elas na participação da História brasileira.

Portanto, o ambiente escolar e os museus como espaço de memória, são ambientes socializadores e educativos que abrem possibilidades ímpares de debates e discussões sobre a diversidade étnica e cultural das mulheres negras.

Após a análise dos dados apresentados, percebeu-se que, apesar da grande participação das mulheres negras em vários aspectos da história social, política, educativa e cultural brasileira, ainda há um grande silenciamento histórico de muitas dessas mulheres, principalmente devido à escassez de material que tragam a história das mulheres negras nas escolas, sendo assim, necessário pensar em possibilidades didáticas que ampliem o acesso a estas informações.

As narrativas sobre cada mulher negra apresentada são utilizadas para evidenciar os elementos históricos relacionados a elas, como também sua atuação como lideranças, poetisas, professoras, jornalistas, entre outras que podem inspirar as novas gerações de meninas negras.

Portanto, as imagens são consideradas documentos memoriais, pois mesmo com o passar dos anos elas estruturam o mundo dos indivíduos ao mesmo tempo que se fazem presente na sociedade, cumprindo sua função memorial e cultural nos diversos grupos sociais, principalmente dos grupos étnicos.

E que por meio de imagens, símbolos e objetos, se faz possível várias possibilidades didáticas, onde a identidade negra e as mulheres negras podem ter seus valores culturais e sociais reforçados e evidenciados no contexto escolar, e por meio do estudo sobre a identidade negra assegurados pela Lei n. 10639/03.

Assim, ao analisar imagens, fotos de objetos e estátuas de mulheres negras que fizeram parte de diversos momentos da nossa história, verificou-se o intuito de resgatar a memória cultural e identitária dos indivíduos negros e principalmente das meninas negras para que se sintam representadas e se reconheçam nessas imagens.

Em suma, esta dissertação baseou-se em evidenciar as contribuições culturais, sociais e educativas das mulheres negras que de alguma forma se destacaram na sociedade brasileira, seja no contexto educacional, seja no contexto cultural, seja no contexto comercial ou até mesmo em posições de liderança à frente de movimento negro, ressaltando a desmitificação da visão das mulheres negras representadas somente em posições sexistas, com inferioridade, trazendo a reivindicação dessas mulheres negras em seus lugares na história educacional, política, social e cultural, assim como a busca pela transformação da imagem negativa representadas através dos tempos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; SILVEIRA, Debora de Barros; JOVINO, Ione da Silva; SIMIÃO, Lucélio Ferreira. (2011, janeiro, junho). Imagens de crianças e infâncias: a criança na iconografia brasileira dos séculos XIX e XX. **Perspectiva**, 29 (1), 263-293.

ARAGÃO, Milena; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. **Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos. entre normas e cotidiano.** **Conjectura**, v. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012.

ARAÚJO, Emanuel. (2004). **Negras memórias, o imaginário luso-afro-brasileiro e a herança da escravidão.** Estudos Avançados, 18(50), 242-250

ASSIS, Dayane N. Conceição de. **Interseccionalidades.** Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. p.57: il

BRAZIL, Érico Vital, SCHUMAHER, Schuma; **Mulheres Negras do Brasil.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2007

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana.** Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

_____. Ministério da Educação. **História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil.** Brasília: MEC/SECADI, UFSCar, 2014.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parâmetros curriculares Nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em 20 de Abril de 2022.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD 2**, Lisboa, v. 12, n. 2, p. 84-100, jul/dez. 2006.

BOONE, Silvana; PICANCIO, Gabriela Valer; SANTOS, Rafael José. Do animal imoral à total invisibilidade: a representação da mulher negra nas artes visuais e na literatura brasileiras. **Conexão – Comunicação e Cultura.** UCS, Caxias do Sul – v. 18, n. 35, jan./jun. 2019, p. 99-117

CÁCERES, Vanessa Scaquete. **Assistente social, representante da mulher negra, ganha prêmio em Brasília.** Disponível em: < <http://www.cress-ms.org.br/noticia/assistente-social-representante-da-mulher-negra-ganha-premio-em-brasil/293> >. Acesso em 12 mai. 2022.

CAETANO, Janaina, CASTRO, Helena Carla. Dandara dos Palmares: uma proposta para introduzir uma heroína negra no ambiente escolar. **REHR**, Dourados, MS, v. 14, n. 27, p. 153-179, Jan. / Jun. 2020.

COGECOM. Livro “O Reino perdido de Odara”, da Escritora Danielle Ferreira Será Lançado Em Nova Andradina. 2020. Disponível em: < <https://www.pmna.ms.gov.br/noticias/cidadania-e-assistencia-social/livro-o-reino-perdido-de-odara-da-escritora-danielle-ferreira-sera-lancado-em-nova-andradina>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

CARMO, Sura Souza; VIEIRA, Flávia Cristina Costa. Intersecções entre gênero, raça e trabalho: o vestir-se das negras de ganho no século XIX. **Veredas da história**, v. 13, p. 100-125, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto** / Angela Arruda... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 400 p.

DAIBERT, Robert. A religião dos Bantos: Novas leituras sobre o calundu no Brasil colonial. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 7-25, jan./jun., 2015.

D'ANGELO, Helô. **Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira**. UOL, 2017. Disponível em: < <https://revistacult.uol.com.br/home/centenario-maria-firmina-dos-reis/>>. Acesso em: 16/01/2023.

DÁRIO, Andreza dos Santos Oliveira; CANÁRIO, Izabele Caroline do Nascimento; SALES, Zenalda Florencio. Cultura afro-brasileira no currículo escolar: lei 11.645/08. **Anais do 39º Encontro Nacional de Estudantes de Pedagogia (ENEPe)**, 2019. Disponível em: < <https://exnepeblog.files.wordpress.com/2020/02/co-cultura-afrobrasileira-no-curr3adculo.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2022.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Senac, 2004.

_____. Um “templo de luz”: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação. **Revista Brasileira de Educação** v. 13, 2018. p.517 – 596.

DUALIBI, Mirelle. Personalidades entrevista a doutora Jaceguara Dantas da Silva. **Acrítica net 2020**. Disponível em: <<https://www.acritica.net/editorias/politica/personalidades-entrevista-a-doutora-jaceguara-dantas-da-silva/468805/>>. Acesso em: 25 mai. 2022.

FENSKE, Elfi Kürten. Auta de Souza - seus versos e traços de sua vida breve. **Templo Cultural Delfos**, maio/2013. Disponível em< <http://www.elfikurten.com.br/2013/05/auta-de-souza.html>>. Acesso em 10 fev. 2023.

FRAZÃO, Dilva. **Chica da Silva**. Escrava brasileira alforriada. Ebiografia, 2019. Disponível em: < https://www.ebiografia.com/chica_da_silva/>. Acesso em: 10 dez2022

FREITAS, Tais Pereira. **Tintas pretas e papéis brancos** : educadoras negras e emancipação / Tais Pereira Freitas. – Franca : [s.n.], 2015.

GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2003, n.23, pp.62-74.

_____. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.29, n.1, p.167-182. Jan./jun.2003.

_____. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: SANTOS, Sales a. (Orgs.). **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 39-62.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher (**mimeo**, Annual Meeting of the Latin American Studies Association, Pittsburgh, 5-7 de abril, 1979).

GONZALES, Lélia. **Mulher Negra**. African-American Political Caucus - Morgan State University. Baltimore. 1984.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, vol. 3, nº2, Florianópolis, UFSC, 1995, pp.464-478.

HOOKS, Bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

LACERDA, Thays de Campos. (2019). Tereza de Benguela: identidade e representatividade negra. **Revista De Estudos Acadêmicos De Letras**, 12(2), 89–96.

LUGONES, Maria. Rumo ao feminismo descolonial. Santa Catarina: **Revista de Estudos Feministas**, 2014.

MIRANDA, Joseania. MONTEIRO, Juliana. FERREIRA, Luzia Gomes. As Roupas de Crioula no Século XIX e o Traje de Beca na Contemporaneidade: Símbolos de identidade e memória. In. **Mneme Revista de Humanidades**. Rio Grande do Norte. Volume 07. Número 18. Out./nov. de 2005. Disponível em: www.cerescaico.ufrn.br/mneme. Acesso em 17 abr. 2023.

MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2004, p.301.

MOREIRA, Antônio Flávio. CANDAU, Vera Maria. **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MORIGI, Valdir Jose ; LAROQUE, Luís Fernando; MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli; GOMES, Carla Renata A. S.; & BARDEN, Júlia Elisabete. MEMÓRIA CULTURAL na construção das identidades e mapas imaginários de práticas culturais étnicas. **Caderno de Estudos Culturais** (UFMS). Campo Grande, v. 5, n. 10, p. 185-208, 2017

MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisada / Kabengele Munanga, organizador. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. 204p.: il.

NEDER, Alvaro. “Rei do gado zebu, hipócrita velha peste - e tome polca!” - música popular urbana, latino-americanismo e conflitos sobre modernização em Mato Grosso do Sul. **Música e Cultura**. v.10, p. 1-25, 2017. Disponível em: <<https://www.abet.mus.br/download/vol-10-2017-8-neder/>> Acesso em: 15/05/ 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NUNES, Caroline. Almerinda Farias: a sufragista negra que a história não conseguiu apagar. **Jornal Alma preta**. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/politica/almerinda-farias-a-sufragista-negra-que-a-historia-nao-conseguiu-apagar>>. Acesso em: 26 mai.2022.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros: uma história**. 2001. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0184.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 26, n. 1, p. 15-40, abr. 2010.

PRIMO, Bárbara Deslandes. **Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey: séculos XVIII e XIX**. Dissertação de Mestrado apresentado a Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense. Niterói. 2010. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/stricto/td/1401.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2022.

RECHENA, Aida. Museologia Social e Gênero. **Cadernos do CEOM**. Ano 27, n.41 - Museologia Social, p. 153-174, jun. 2014

RIOS, Diogo Franco; FISCHER, Maria Cecilia Bueno. Marcas Históricas da Identidade do Professor que Ensina Matemática: mulheres em destaque nos Boletins do CPOE. **Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática**, v. 3, n. 3, 11 nov. 2020.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. (2010). Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, 22(3), 445-456.

ROMÃO, Jeruza. **História da Educação do Negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2005.

_____. **Antonieta de Barros**: Professora, Escritora, Jornalista, Primeira Deputada Catarinense e Negra do Brasil. Florianópolis: Cais, 2021.

ROSA, Carolina Schenatto da; SILVA, Gilberto Ferreira da. Carolina Maria de Jesus e o pensamento liminar na literatura brasileira. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, SC, v. 28, n. 2, p. 1-12, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n260635>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

SAMPAIO, Fabiana. **Museu de Arte do Rio tem exposição sobre Carolina Maria de Jesus..** Radio Agencia Nacional. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/cultura/audio/2022-10/museu-de-arte-do-rio-tem-exposicao-sobre-carolina-maria-de-jesus>>. Acesso em 18 fev. 2023.

SANTANA, Livia Borges. **Em busca de Zizinha:** vestígios para a musealização da memória sobre Eufrozina Amélia Guimarães (1872-1964). 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia)- Departamento de Museologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos. Eva Maria de Jesus (tia Eva): Memórias de uma comunidade negra. **Anuário Antropológico**, I | 2012, 155-181.

_____. Redes e interações: A formação do Movimento Negro e do Movimento Quilombola no Mato Grosso do Sul. **Série Antropologia** Vol. 451, Brasília: DAN/UnB, 2015.

SANTOS, Merylin Ricieli dos. Um território de memórias negras: conexões possíveis /e histórias viáveis. **Revista História Hoje**, v. 10, nº 20, p. 218-244 – 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** – São Paulo: Moderna, 1987.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, c Vital (Orgs.). **Dicionário mulheres negras do Brasil:** de 1500 até a atualidade - biografia e ilustrado. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZAHAR,2001, p. 676.

SILVA, Julio Claudio da. **Uma estrela negra no teatro brasileiro:** relações raciais e de gênero nas memórias de Ruth de Souza (1945-1952). 1. ed. atualizada. Manaus: UEA Edições, 2017.

SILVA, Daniel Neves. "**Chica da Silva**"; Brasil Escola. (s.d.). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/chica-silva.htm>. Acesso em 10 out. 2022.

Silva, Geraldo Ferreira da. **Maria Firmina dos Reis [manuscrito]** : a voz negra na literatura brasileira dos oitocentos / Geraldo Ferreira da Silva. – Montes Claros, 2017. 114 f. : il.

SILVA, Maria de Lourdes. Práticas sociais e processos educativos: a liderança da mulher negra em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. **Fazendo Gênero 9:** Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010

SILVA, Leandro Alves da. **A carta de Esperança Garcia:** uma mensagem de coragem, cidadania e ousadia. Ministério da Cultura, Porto Alegre. 2015.

SILVA, Iraneide Soares da. Catharina Rosa Ferreira De Jesus: Uma Africana Mina Do Séc. Xix, Na Ilha De São Luís Do Maranhão/Brasil. v. 1 n. 4 (2021): **Feira Literária Brasil - África de Vitoria** – ES.

SOUZA, Adriana Maria de. **Antonieta de Barros**: Uma vida voltada para a educação. FAED/UDESC: Florianópolis, 2013.

TEIXEIRA, Amanda Gatinho. Sob os signos do poder: a cultura objetificada das joias de crioulas afro-brasileiras. **Em Tempo de Histórias**. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) Nº. 22, Brasília, Jan. – jul. 2013.

TENÓRIO, Patrícia Cibele da Silva. **A vida na ponta dos dedos: a trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899- 1999)**: feminismo, sindicalismo e identidade política. 2020. 263 f., il. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VARGAS, Eliseu Júnio Leite de. **Insurreição quilombola e ordem senhorial**: quilombo em Vassouras, no vale do Paraíba fluminense, em 1838. 2012. 155 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

VARGAS, Márcia de. **A história das mulheres negras no brasil, no enfrentamento da discriminação e violência**. Produção didático-pedagógica (Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

VASSALO, Simone. Identidade negra, cidadania e memória: os significados políticos da capoeira de Angola contemporânea. **Intersecções**. Rio de Janeiro: UERJ, v. 13 n. 2, dez. 2011, p. 334-350.

VIDON, Filipe. **Procuradora escreve livro infantil sobre racismo baseado em experiências pessoais**.. O Globo, 2020. Disponível em: <
<https://oglobo.globo.com/epoca/sociedade/procuradora-escreve-livro-infantil-sobre-racismo-baseado-em-experiencias-pessoais-24561019>>. Acesso em: 26 maio. 2022.

WERNECK, Jurema. **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

XAVIER, Giovana. **Maria de Lourdes Vale Nascimento** : uma intelectual negra do pós-Abolição [livro eletrônico] / Giovana Xavier. – Niterói : Eduff, 2020. – 5,8Mb ; PDF. – (Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano, v. 5)